

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	11
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	12
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	18
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	19
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	20
1.13 Acordos de acionistas	22
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	23
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	24
1.16 Outras informações relevantes	25
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	26
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	33
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	35
2.6 Eventos subsequentes as DFs	36
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	40
2.10 Planos de negócios	41
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	43
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	44
3.2 Acompanhamento das projeções	45

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	46
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	71
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	72
4.4 Processos não sigilosos relevantes	74
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	75
4.6 Processos sigilosos relevantes	76
4.7 Outras contingências relevantes	77
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	78
5.2 Descrição dos controles internos	79
5.3 Programa de integridade	82
5.4 Alterações significativas	84
5.5 Outras informações relevantes	86
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	87
6.3 Distribuição de capital	93
6.4 Participação em sociedades	94
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	95
6.6 Outras informações relevantes	96
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	97
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	99
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	100
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	101
7.4 Composição dos comitês	107
7.5 Relações familiares	111
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	112
7.7 Acordos/seguros de administradores	113
7.8 Outras informações relevantes	114
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	118

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	125
8.3 Remuneração variável	126
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	127
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	128
8.6 Outorga de opções de compra de ações	129
8.7 Opções em aberto	130
8.8 Opções exercidas e ações entregues	131
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	132
8.10 Outorga de ações	133
8.11 Ações entregues	134
8.12 Precificação das ações/opções	135
8.13 Participações detidas por órgão	136
8.14 Planos de previdência	137
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	138
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	139
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	140
8.18 Remuneração - Outras funções	141
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	142
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	143
8.20 Outras informações relevantes	144
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	145
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	146
9.4 Outras informações relevantes	147
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	148
10.1 Descrição dos recursos humanos	150
10.2 Alterações relevantes	151
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	152
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	153
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	154
10.5 Outras informações relevantes	155

Índice

11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	156
11.2 Transações com partes relacionadas	158
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	162
11.3 Outras informações relevantes	164
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	165
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	169
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	170
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	172
12.5 Mercados de negociação no Brasil	173
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	174
12.7 Títulos emitidos no exterior	175
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	176
12.9 Outras informações relevantes	177
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	180
13.1 Declaração do diretor presidente	181
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	182
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	183

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

A OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento (“OranjeBTC” ou “Companhia”) originou-se da incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento (“Oranje”), companhia voltada à realização de investimentos proprietários em Bitcoin como estratégia de alocação de capital e que pretende atuar na organização, promoção e venda de cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin, pela Cursinho Intergraus S.A. (“Intergraus”), companhia que opera o “Cursinho Intergraus”, negócio fundado há mais de 40 anos em São Paulo por um grupo de educadores experientes, com a proposta de oferecer uma alternativa aos cursinhos tradicionais da época, que lotavam salas com 150 a 200 alunos.

A OranjeBTC tem como missão acelerar a transição do Brasil e da América Latina no acesso ao Bitcoin, unindo um mandato claro de educação, pesquisa e divulgação de conhecimento à disciplina e robustez da atividade de tesouraria.

O braço educacional da Companhia, que tem origem nos cursos livres preparatórios operados sob a marca Intergraus, iniciou suas atividades em 1980 e consolidou-se como referência na preparação de estudantes para os vestibulares mais exigentes do país, tendo formado uma rede de alumni de mais de 40.000 estudantes que tiveram aulas no Intergraus, com alto índice de aprovação em faculdades e universidades de primeira linha.

O braço de investimentos, iniciado em 2025 com a Oranje, por sua vez, acumulou, desde sua criação, mais de 3.650 Bitcoin em tesouraria, posicionando a Companhia entre as 25 maiores *Bitcoin Treasury Companies* do mundo.

Histórico

O Curso Inter Graus Ltda. foi fundado em 1980, originalmente como sociedade civil limitada em Pinheiros, São Paulo e, durante as últimas quatro décadas operou com foco em educação, especializando-se ao longo do tempo na preparação de estudantes para vestibular e cursos livres (“Cursinho Intergraus”).

Em janeiro de 2022, o Cursinho Intergraus foi adquirido pela Bioma Educação S.A. (“Bioma”), companhia do setor educacional com atuação em gestão e desenvolvimento de instituições de ensino. A unidade de negócio passou por um processo de reorganização e modernização, que resultou na formação e organização da Companhia, em fevereiro de 2025, como subsidiária integral da Bioma. Nessa data, a Companhia recebeu, mediante integralização de aumento de capital, a atividade empresarial do Cursinho Intergraus, de modo que obteve todos os ativos, incluindo bens materiais e base de estudantes para realização da atividade de curso de preparação para vestibulares universitários.

1.1 Histórico do emissor

Em 9 de setembro foi concluída a aquisição de 100% das ações da Intergraus detidas pela Bioma por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa Ltda. ("Escolas Besa"), aquisição alinhada com a estratégia da Oranje de estruturar uma plataforma educacional baseada em cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin.

A Oranje foi a primeira companhia da América Latina com estratégia voltada 100% a investimentos em Bitcoin, tendo sido fundada em março de 2025, e realizado seus primeiros investimentos privados ainda em maio e junho do mesmo ano. A Oranje foi idealizada pelo empreendedor brasileiro Guilherme Gomes, que tem sólida carreira no mercado financeiro tradicional e no ecossistema de Bitcoin, com passagens por Bridgewater Associates e pela Swan Bitcoin, nos Estados Unidos e atualmente ocupa o cargo de CEO da Companhia.

Ainda, em 5 de setembro de 2025, foi aprovado o registro de companhia aberta da Intergraus pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como a listagem e admissão das suas ações ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no segmento tradicional.

Em 25 de setembro de 2025 foi aprovada pelos respectivos Conselhos de Administração de ambas as companhias, Oranje e Intergraus, a celebração do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Oranje S.A. – Educação e Investimento pelo Cursinho Intergraus S.A.", e a incorporação reversa da Oranje no Intergraus ("Incorporação").

Em 01 de outubro de 2025 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de acionistas do Intergraus, que aprovou a Incorporação. Com a efetivação da Incorporação, a Oranje foi extinta de pleno direito e para todos os fins, e o Intergraus a sucedeu, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos e obrigações. A AGE também aprovou a reforma do Estatuto Social da companhia e a mudança de razão social do Intergraus para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição das principais atividades da Companhia e suas controladas

A OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento ("OranjeBTC") é uma companhia de educação e investimento que atua em duas verticais complementares: (i) educação, pesquisa e disseminação de conhecimento, por meio da oferta de cursos livres, produção e distribuição de conteúdo educativo de alta qualidade; e (ii) investimento proprietário e gestão de tesouraria, com foco na aquisição e custódia de Bitcoin como ativo estratégico, e que tem como missão acelerar a transição do Brasil e da América Latina no acesso ao Bitcoin.

Seus objetos sociais são os seguintes:

- a) desenvolvimento e/ou administração de atividades de ensino, incluindo educação corporativa, cursos e outras áreas associadas à educação, utilizando metodologias presenciais ou à distância;
- b) prestação de serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificação, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação, inclusive por meio de plataformas;
- c) a organização, promoção e venda de cursos sobre economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais e soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin;
- d) investimento proprietário em Bitcoin; e
- e) participação, na qualidade de acionista ou quotista, em outras sociedades com atuação estratégica ou complementar, ou de forma a expandir ou incrementar, aos negócios da Companhia, no Brasil ou no exterior.

Cursinho

A OranjeBTC incorpora a educação como parte fundamental de sua atuação. As principais atividades educacionais da companhia são a oferta de cursos livres, a preparação de conteúdo de qualidade para alunos, e a distribuição desse conteúdo.

Por mais de 42 anos de existência, sob a marca Intergraus, a Companhia tem realizado cursos voltados para aprovação em vestibulares universitários. Mais de 40.000 candidatos estudaram no cursinho, com um alto índice de aprovação em suas primeiras opções. O Intergraus conta com corpo docente experiente e reconhecido, com professores que têm histórico de aprovação e vínculo duradouro com a instituição.

O Cursinho Intergraus destaca-se por oferecer ensino personalizado, com turmas reduzidas que favorecem a proximidade entre alunos e professores, permitindo um acompanhamento mais individualizado. Com uma postura inclusiva e acolhedora, valoriza a diversidade e promove o respeito às diferenças, sem distinção de gênero, raça ou crenças. Seu material didático é constantemente atualizado por profissionais que acompanham de perto as mudanças nos vestibulares, garantindo alinhamento com as exigências dos principais processos seletivos do país.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Excelência em cursos preparatórios

O foco do Intergraus sempre esteve em alunos que almejam vagas em cursos superiores de alta concorrência, tais como medicina, finanças, administração de empresas, direito, engenharia, ciências, comunicações e marketing, em instituições bastante concorridas, sejam universidades públicas e/ou particulares de excelência. A marca Intergraus é símbolo de excelência em educação, sendo o brand awareness, em suas diversas dimensões de penetração, impacto, relevância em mercado e valor intrínseco muito importante. Os altos índices de aprovação estão lastreados em um compromisso permanente de toda sua equipe, combinando excelentes professores, uma metodologia proprietária e materiais didáticos bastante aderentes e sempre atualizados às demandas das principais provas de ingresso no ensino superior.

Produção de materiais didáticos

O Intergraus também se destaca na produção de conteúdo e na modernidade de sua abordagem para com os alunos. A qualidade das apostilas, dos documentos disponibilizados, da pesquisa de aprendizagem e aplicação de novas metodologias à educação também faz da empresa um ator relevante no universo dos cursos preparatórios.

Educação financeira

Após a incorporação da Oranje pelo Intergraus, a Companhia passa também a oferecer cursos, publicar pesquisas, organizar eventos e criar conteúdo sobre educação financeira, o papel do Bitcoin como capital digital e o emergente modelo das *Bitcoin Treasury Companies*. O objetivo é difundir conhecimento, consolidar o uso do Bitcoin e preparar indivíduos e instituições para navegar a nova era dos ativos digitais globais.

A OranjeBTC planeja estender a projeção, marca e aprendizados do Intergraus aos cursos livres de educação financeira com sua expertise em Bitcoin, finanças digitais e tradicionais e educação, com passagens por empresas de grande porte nesses setores. Além disso, está construindo sua plataforma digital de informação, e conta com administradores com milhões de seguidores em plataformas digitais.

Atividades de investimento proprietário e tesouraria de Bitcoin

A OranjeBTC iniciou suas atividades de investimento proprietário e tesouraria de Bitcoin com mais de 3.650 Bitcoin em tesouraria, estando atualmente posicionada entre as 25 maiores *Bitcoin Treasury Companies do mundo*. A atual quantidade de moedas é o principal indicador da forte estratégia da Companhia na parte de investimento: ser relevante investidora de Bitcoin na América Latina, atuando de forma disciplinada, transparente e com objetivo de longo prazo.

A atuação da Companhia para executar sua estratégia de investimentos em Bitcoin poderá envolver a emissão de títulos de dívida e outros valores mobiliários e a negociação de instrumentos derivativos com o objetivo de se aproveitar da volatilidade embutida tanto no Bitcoin quanto nas suas próprias ações.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A listagem das ações ordinárias da Companhia no Segmento Básico da B3 é fundamental para ampliar o leque de fontes de financiamento para a Companhia, viabilizar a expansão da sua base de ativos em Bitcoin e permitir maior eficiência de sua estratégia de emissão de valores mobiliários, além de conferir maior transparência a seus acionistas.

Pioneirismo em BTC

A Oranje S.A. – Educação e Investimentos foi a primeira companhia da América Latina com estratégia voltada 100% a investimentos em Bitcoin, tendo sido fundada em março de 2025, e realizado seus primeiros investimentos privados ainda em maio e junho do mesmo ano. A Oranje foi idealizada pelo empreendedor brasileiro Guilherme Gomes, que tem sólida carreira no mercado financeiro tradicional e no ecossistema de Bitcoin, com passagens por Bridgewater Associates e pela Swan Bitcoin, nos Estados Unidos e atualmente ocupa o cargo de CEO da Companhia.

Tesouraria de Bitcoin, com relevância mundial

Após a Incorporação, a OranjeBTC passou a deter mais de 3.650 Bitcoin em tesouraria, estando posicionada entre as 25 maiores *Bitcoin Treasury Companies* do mundo. Este volume é o principal indicador de sua forte estratégia em seu braço de investimento: ser relevante investidora de Bitcoin na América Latina, atuando de forma disciplinada, transparente e com objetivo de longo prazo.

A OranjeBTC, no âmbito de sua estratégia de investimento como *Bitcoin Treasury Company*, tem como missão acumular Bitcoin valendo-se de sua geração de caixa e de estruturas societárias e de mercado de capitais para ampliar, ao longo do tempo, sua exposição ao ativo.

Em vez de uma simples alocação tática de caixa em Bitcoin para hedge de inflação ou desvalorização cambial, a iniciativa da Companhia configura um posicionamento estratégico estruturado, voltado a maximizar o número de Bitcoin por ação e instituir o Bitcoin como pilar permanente na estratégia de criação de valor da Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados:

O Cursinho Intergraus não diferencia sua receita em segmentos operacionais em suas demonstrações financeiras, pois o único segmento de atuação é o de cursos preparatórios e atividades correlatas. Sua fonte de receita decorre das mensalidades pagas pelos estudantes pela prestação de serviços educacionais e atividades complementares a isso, como venda de material didático e cursos ou atividades extras. As receitas não operacionais são, somente, receitas financeiras decorrentes das aplicações da empresa.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia:

Conforme esclarecido no item (a), toda a receita da Companhia decorre de apenas um segmento de atuação. Para o período de 2022 a 2024, o Curso Inter Graus Ltda., cujas atividades foram integralmente transferidas à Companhia, obteve uma receita líquida de R\$13,8 milhões. As demonstrações da Companhia especialmente levantadas em 31 de maio de 2025 apontavam uma receita líquida de R\$524 mil, sendo R\$75 mil derivados do pagamento de mensalidades e R\$459 mil decorrentes da revenda de material didático – dos quais, ainda, foram deduzidos R\$10 mil em impostos.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Conforme esclarecido no item (a), todo o resultado da Companhia resultou de apenas um segmento de atuação. Para o período de 2022 a 2024, o Curso Inter Graus Ltda., cujas atividades foram integralmente transferidas à Companhia, apresentou um prejuízo operacional de R\$ 10,4 milhões. As demonstrações da Companhia especialmente levantadas em 31 de maio de 2025 apontavam um prejuízo operacional de R\$ 551 mil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção:

A OranjeBTC, presta serviços educacionais, destacando-se em cursos livres para alunos de secundário ou pré-universitário. O Cursinho Intergraus, que resultou na formação da Companhia, especializou-se oferecendo cursos preparatórios de vestibular, com as seguintes características:

- Cursos específicos voltados para carreiras como medicina, engenharia, direito, administração e arquitetura;
- Revisões direcionadas para vestibulares como Fuvest, Medicina Einstein, FGV Administração, Mackenzie, Insper e PUC-SP;
- Acompanhamento individualizado, com foco em estratégias de estudo e orientação na escolha dos vestibulares mais alinhados ao perfil de cada aluno;
- Materiais didáticos e conteúdo letivo de alta qualidade, preparado por professores líderes em seus setores, com equipe de produção e diagramação próprias;
- Plantões de dúvidas 24 horas, disponíveis via aplicativo; e
- Atividades pedagógicas complementares, como palestras sobre temas contemporâneos e de relevância acadêmica.

Para oferecer os serviços educacionais, a Companhia também prepara um material didático próprio, atualizado constantemente por sua equipe de professores e coordenadores. São apostilas de diversas disciplinas, que contém conteúdo e exercícios e são necessárias para os alunos realizarem os cursos.

(b) características do processo de distribuição:

Os cursos ofertados e o conteúdo produzido são distribuídos na atualidade nas suas unidades físicas ou por meio de parcerias com outras escolas.

O principal canal são as duas unidades físicas, uma no bairro da Água Fria e outra no Alto de Pinheiros, bairros nobres da cidade de São Paulo.

Cursos preparatórios têm a característica de comportamento sazonal em vista do calendário dos vestibulares. Diferentemente de uma escola de ensino básico em que o aluno permanece muitos anos na mesma escola, a permanência de um aluno no cursinho em geral dura no máximo um ano, tendo em vista que os alunos do cursinho não se rematriculam após as respectivas aprovações nos cursos universitários de sua preferência.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No cursinho, dentro de um ano letivo, a captação de alunos ocorre em três momentos: ao longo do primeiro trimestre, para os cursos extensivos e semi-intensivos de primeiro semestre; entre abril e maio, para as “Turmas de Maio”; e por volta de julho, para as turmas de semi-intensivo de segundo semestre.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:
--

(i) participação em cada um dos mercados

Cursinho

A Companhia atua no município de São Paulo, atuando no mercado de cursos livres preparatórios para vestibulares universitários. Por se enquadrar na categoria de cursos livres, o segmento de cursinhos pré-vestibulares não é regulamentado por órgãos oficiais e, portanto, não há dados oficiais e/ou consolidados sobre a composição e o tamanho desse mercado, seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

Nossa experiência demonstra que o mercado de cursinhos pré-vestibulares no Brasil é amplo e marcado por alta competitividade e forte segmentação. Nele coexistem grandes redes nacionais, iniciativas comunitárias, projetos populares e plataformas digitais. São Paulo concentra a maior oferta desse tipo de serviço no país, reunindo instituições tradicionais com décadas de atuação e expressivos índices de aprovação nos vestibulares mais disputados.

Por ser um segmento bastante pulverizado, a Companhia tem participação relativamente baixa no mercado. No entanto, como atua num nicho que tem como público-alvo alunos com maior poder aquisitivo, posiciona-se, de forma estratégica, em uma segmentação específica dentro do mercado.

Breve histórico do mercado de cursinhos pré-vestibulares no Brasil

A origem do mercado de cursinhos pré-vestibulares no Brasil está intimamente ligada à expansão do ensino superior e ao aumento da concorrência nos processos seletivos. A partir da década de 1960, com a crescente demanda por acesso à universidade, os cursinhos passaram a cumprir um papel fundamental como ponte entre o ensino médio e o ensino superior.

Esse contexto de expansão, aliado à elevada concorrência dos vestibulares — especialmente para cursos como medicina, direito e engenharia —, impulsionou a ampliação de um mercado diversificado de cursinhos, que atende desde alunos de alto desempenho em busca das universidades mais concorridas até estudantes que contam com iniciativas populares e comunitárias.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A presença consistente de instituições como o Intergraus em um ambiente tão competitivo evidencia a importância da qualidade, da tradição e da inovação no segmento.

Investimentos em Bitcoin

O Bitcoin tem se afirmado como alternativa moderna às reservas tradicionais. Sua arquitetura descentralizada reduz pontos únicos de falha, o registro público e imutável das transações assegura integridade e rastreabilidade, a independência de governos e bancos centrais preserva autonomia monetária. Por ser nativo do ambiente digital, é facilmente transferível e custodiável entre jurisdições. A emissão limitada e o teto de 21 milhões reforçam a escassez, enquanto a liquidez global favorece a formação de preço contínua.

Nesse contexto, o ativo tem sido usado como proteção contra desvalorização de moedas, risco soberano e instabilidade geopolítica. Apesar do avanço, ainda representa fração pequena do valor dos ativos globais, sugerindo espaço de adoção e valorização no longo prazo.

(ii) condições de competição nos mercados

Por ser extremamente fragmentado, o mercado de cursos livres preparatórios para vestibulares universitários não possui nenhum monopólio ou oligopólio. A Companhia concorre com outros cursinhos, sejam eles de rede ou de bairro, e com escolas que ofertam o ensino até o terceiro ano do ensino médio.

O Cursinho Intergraus posiciona-se no segmento *premium* desse mercado, concorrendo diretamente com cursinho de rede com marcas consolidadas, tais como Anglo, CPV, Etapa e Poliedro. Os principais diferenciais competitivos do Cursinho Intergraus incluem turmas reduzidas, atendimento personalizado e revisões direcionadas conforme o perfil de cada vestibular, o que garante maior proximidade com o aluno e foco nos processos seletivos mais exigentes.

A barreira de entrada para o ingresso no mercado de cursos pré-vestibulares é baixa. Porém, entendemos que a qualidade e a reputação do Cursinho Intergraus são diferenciais essenciais para sua capacidade de competir no mercado, embasados em anos de experiência do projeto pedagógico e uma equipe bastante capacitada.

(d) eventual sazonalidade:

As turmas que começam a partir do mês de maio ("Turma de Maio") de cada ano costumam ter mais procura, de modo que a matrícula de novos alunos aumenta a partir do segundo trimestre do ano.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No contexto dos cursinhos pré-vestibulares, a Turma de Maio surge como uma alternativa estratégica e pedagógica, oferecendo cerca de 6 a 7 meses de preparação intensiva — tempo considerado eficaz para revisão e aprofundamento, especialmente para estudantes que já possuem uma boa base. Esse formato atrai, principalmente, alunos que já prestaram vestibular anteriormente, estudantes que não iniciaram no começo do ano por motivos pessoais, financeiros ou logísticos e candidatos que aguardam lista de chamada em universidades onde prestará vestibular.

Do ponto de vista institucional, a Turma de Maio também representa uma oportunidade de ampliar o número de matrículas ao longo do ano, uma opção mais acessível e enxuta para quem não pode investir em um curso anual completo, e uma solução viável para estudantes que definem tardiamente sua intenção de prestar vestibular.

Ainda antes do início das aulas, o Cursinho Intergraus assina contratos semestrais ou anuais. Existem diversas formas de parcelar a semestralidade e/ou anuidade; no entanto, o reconhecimento da receita é feito por competência, sempre dentro da duração do curso, ou seja, dentro do período de prestação do serviço.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços:

A Companhia presta serviços de ensino, de forma que insumos e matérias primas possuem pouca relevância em seus custos e receitas. Os insumos e matérias primas utilizados estão basicamente relacionados à comercialização de produtos acessórios, tais como materiais escolares e pedagógicos.

O principal insumo usado na preparação do material pedagógico é o papel. A Companhia é um comprador sem relevância em relação ao tamanho total do mercado, definido principalmente pelo preço global da celulose, uma *commodity* bastante líquida e negociada no mundo todo. Mesmo eventuais oscilações no preço de papel não afetariam materialmente a Companhia, já que é um insumo que representa um percentual muito pequeno dos nossos custos.

A Companhia não está sujeita a controle ou regulação governamental, não tem dependência de fornecedores e não há volatilidade nos preços de insumos e matérias primas que possam lhe afetar materialmente.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais Clientes - responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente:

Nenhum cliente é responsável por mais de 10% da receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

Vide acima.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O produto principal do Cursinho Intergraus, braço de educação da Companhia, é o curso preparatório para aprovação em vestibulares universitários, que não é regulado, sendo classificado pelo governo federal como “curso livre”. Nos termos da legislação educacional brasileira, os cursos livres não estão sujeitos às exigências regulatórias previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e demais normas correlatas, por não conferirem grau ou certificação oficial reconhecida pelo sistema de ensino brasileiro. Por esse motivo, tais cursos não demandam credenciamento junto aos Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação, tampouco seguem os requisitos aplicáveis ao ensino formal, como carga horária mínima, base curricular comum ou emissão de documentação escolar com valor acadêmico.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista que a Companhia não exerce atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes, não há uma política ambiental específica da Companhia.

Quanto às questões sociais, a Companhia possui compromisso com o acompanhamento e atualização sobre práticas socialmente relevantes, tais como a adequação das condutas da comunidade escolar com a legislação relacionada à inclusão de pessoas com deficiência, tendo postura agnóstica quanto a gênero, raça, filiação política ou religiosa.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia

A marca Intergraus tem destaque no segmento de cursos preparatórios pré-vestibular. Além disso, os intangíveis relacionados com reputação de qualidade no ensino, e a rede de alumni de mais de 40.000 alunos ao longo de 4 décadas de atuação, que na sequência fizeram faculdades de renome, são relevantes.

A marca OranjeBTC é um ativo estratégico para a Companhia, e ainda encontra-se em processo de registro perante o INPI. Para mais informações, vide fator de risco “A Companhia pode enfrentar riscos relacionados ao registro e à proteção da marca “OranjeBTC” e seus derivativos perante o INPI e outras jurisdições” na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Companhia detém todas as licenças essenciais dos imóveis e infraestrutura relacionada.

A Companhia não possui patentes e não é parte em concessões, franquias e contratos de royalties.

A Companhia tem contratos de parceria firmado com algumas escolas, abrindo turmas exclusivas para seus estudantes, entre elas, escolas do grupo Bioma.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:
--

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há contribuições financeiras da Companhia, de seus administradores ou de seus controladores para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7. Receitas relevantes no país sede da Companhia e no exterior**

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A totalidade da receita da Companhia é proveniente de clientes atribuídos ao Brasil, país sede da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não possui receita de clientes atribuídos a países estrangeiros.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Tendo em vista que a Companhia não possui atividades em outros países que não o Brasil, suas atividades não estão sujeitas à regulação estrangeira.

O investimento em Bitcoin ainda é algo em processo de regulação em diversos países do mundo. Por ser um ativo global e negociado em diversos mercados, a regulação em outros países pode ter um impacto no seu preço e afetar os resultados da Companhia. Para informações adicionais, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não possui políticas formalizadas no âmbito socioambiental e não divulga relatórios anuais com informações ASG, uma vez que sua atual estrutura não justifica, neste momento, a divulgação de tais relatórios.

A Companhia também possui bolsas de mérito que são distribuídas com base no desempenho do aluno em uma prova antes da matrícula.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

--

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável em relação à Companhia, conforme explicado no item (a) acima.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e (iv) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.

A Companhia justifica a não adoção das práticas em razão do escopo da sua atividade, de natureza educacional, que não provoca impactos ambientais significativos que justifiquem a elaboração de tais documentos; portanto, não há previsão de data para implementação das práticas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pela Companhia para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”;

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro da Companhia ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante nos últimos anos. Vide item 1.12 para outras operações societárias.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Constituição

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 como sociedade limitada, com capital social de R\$ 2.000,00, dividido em 2.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Aumentos de Capital

Em 1 de abril de 2025, foram aprovados em reunião de sócios dois aumentos de capital na Companhia. O primeiro aumento de capital foi no montante de R\$ 119.706,00, com a emissão de 119.706 novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Referido aumento de capital foi integralmente subscrito pelo Curso Inter Graus Ltda. e integralizado com seus ativos, de modo a viabilizar a transferência da atividade empresarial do Curso Inter Graus Ltda. para a Companhia. O segundo aumento de capital da Companhia foi no montante de R\$ 700.294,00, mediante a emissão de 700.294 novas quotas, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada. Referido aumento de capital foi integralmente subscrito e integralizado pela Escolas Besa, à vista, em moeda corrente nacional, de modo a dar capacidade financeira à Companhia. Após os dois aumentos de capital, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 822.000,00, dividido em 822.000 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada.

Transformação para Sociedade por Ações e Novo Aumento de Capital

Em 30 de abril de 2025, foi aprovada a transformação da Companhia de sociedade limitada para uma sociedade por ações, convertendo a totalidade das 822.000 quotas em que se divide o seu capital social, no valor total de R\$ 822.000,00, em 822.000 ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Novo Aumento de Capital

Em 19 de maio de 2025, foi aprovado novo aumento de capital da Companhia, no montante de R\$ 350.000,00, com a emissão de 350.000,00 PN Classe A, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada. Referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela Escolas Besa, à vista, em moeda corrente nacional.

Em decorrência do aumento de capital supracitado, o valor de R\$ 30.000,00 do preço de emissão das ações foi destinado para o capital social da Companhia e o valor de R\$ 320.000,00 foi destinado à formação de reserva de capital.

Na mesma assembleia geral de acionistas, foi aprovada a aquisição, pela Companhia, à conta da reserva de capital, de 117.200 ações de sua própria emissão, sendo 82.200 ações ordinárias e 35.000 PN Classe A, para permanência em tesouraria.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Registro de Emissor Categoria A

Em 05 de setembro de 2025, a CVM deferiu o pedido de registro de emissor categoria A da Companhia.

Operação Relevante – Alienação de 100% das Ações da Companhia

Em 9 de setembro de 2025 foi concluída a aquisição de 100% das ações da Companhia de titularidade da Bioma, por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa pela Oranje .

Tratou-se de conclusão de processo que iniciou-se em 7 de maio de 2025, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças (“Contrato”), do qual a Companhia participou como interveniente-anuente. O Contrato teve também a interveniência-anuência da Bioma, do fundador da Compradora (o Sr. Guilherme Amado Cerqueira Gomes) e do Sr. Pedro Julio de Cerqueira Gomes, como garantidor de determinadas obrigações.

O valor da operação foi de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 11 milhões pagos no fechamento e o saldo, corrigido pelo CDI, em 23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2026, sujeito a ajustes de dívida e caixa na data de fechamento. O valor retido de R\$ 4 milhões poderá ser deduzido pela Compradora para pagar, dentre outros, danos indenizáveis e eventuais aportes de capital na Companhia. A operação não estava sujeita à aprovação do CADE.

Operação Relevante – Incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento

Em 01 de outubro de 2025 ocorreu a assembleia geral de acionistas da Companhia, que aprovou a Incorporação da Oranje na Companhia (“Incorporação”). Com a efetivação da Incorporação, a Oranje foi extinta de pleno direito e para todos os fins, e o Intergraus a sucedeu, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos e obrigações. A assembleia também aprovou a alteração do objeto social da Companhia, a mudança de razão social do Intergraus para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento e a reforma de seu Estatuto Social.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Acordos de acionistas

Não existe em vigor acordo de acionistas da Companhia arquivado na sede do emissor referente ao exercício do direito de voto ou poder de controle do emissor.

Em 23 de junho de 2025, acionistas que, em 06 de outubro de 2025, representam 12,39% do capital da Companhia, celebraram acordo de acionistas regulando, entre outros, obrigações de lock-up e restrições à venda das ações ordinárias, preferenciais resgatáveis classe A e preferenciais resgatáveis classe B da Oranje (“Acordo de Acionistas Oranje”). Em decorrência da Incorporação da Oranje pela Companhia, o Acordo de Acionistas Oranje permaneceu vigente entre os signatários e passou a ter por objeto as ações de emissão da Companhia. Para maiores informações sobre a Incorporação vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

A íntegra do Acordo de Acionistas Oranje pode ser consultada nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://oranjebtc.com/>).

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

Estratégia de Investimentos em Bitcoin

Em 9 de setembro foi concluída a aquisição de 100% das ações da Integraus detidas pela Bioma por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa pela Oranje, aquisição alinhada com a estratégia da Oranje de estruturar uma plataforma educacional baseada em cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin.

Em 01 de outubro de 2025, por sua vez, foi aprovada a incorporação reversa da Oranje pela Companhia, consolidando a mudança de objeto social da Companhia, bem como a alteração da razão social para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento. Para maiores informações, vide 1.12. deste Formulário de Referência.

Em decorrência da Incorporação, a OranjeBTC passou a atuar na organização, promoção e venda de cursos livres nas áreas de economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin e na realização de investimentos proprietários em Bitcoin como estratégia de alocação de capital.

As atividades educacionais da OranjeBTC permanecem em operação com o suporte da Bioma até 31 de dezembro de 2025, enquanto a Companhia prepara a oferta de novos cursos livres em economia, finanças pessoais e Bitcoin. Em paralelo, a OranjeBTC avança sua estratégia de tesouraria de Bitcoin, orientada a aumentar o bitcoin por ação com foco de longo prazo, por meio de acesso recorrente ao mercado de capitais para financiar aquisições de Bitcoin, observado as suas políticas internas, à regulamentação aplicável e a práticas de transparência e governança da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Contratos celebrados com a Vinteum Technology Inc.

A Companhia celebrou com a Vinteum Technology Inc. (“Vinteum”), sociedade constituída nas Ilhas Virgens Britânicas (British Virgin Islands – BVI), dois instrumentos particulares de opção de compra de ações preferenciais resgatáveis classe A de emissão da própria Companhia, os quais outorgam à Companhia o direito de adquirir, a qualquer tempo, ações preferenciais resgatáveis classe A (“PN Classe A”) atualmente detidas pela Vinteum, observadas as condições e prazos neles previstos. O primeiro contrato foi celebrado em 20 de junho de 2025 pela Oranje (sucida universalmente pela Companhia em razão da Incorporação) e confere opção de compra sobre 20.000.000 (vinte milhões) de PN Classe A, enquanto o segundo foi firmado em 12 de setembro de 2025 pela Oranje (sucida universalmente pela Companhia em razão da Incorporação) e contempla 130.304.000 (cento e trinta milhões, trezentas e quatro mil) PN Classe A (“Contratos Vinteum”). Ambos os instrumentos foram aditados em 1º de outubro de 2025 para ajustes de forma e consolidação das condições contratuais.

Os Contratos Vinteum possuem prazo de exercício de 100 (cem) anos, permitindo exercício parcial e sucessivo até o limite total das ações objeto da opção. O preço de exercício foi fixado em R\$ 0,0275 (dois centavos e setenta e cinco décimos de milésimo de real) por ação.

A Vinteum é uma entidade sem fins lucrativos que atua como centro de pesquisa e desenvolvimento em Bitcoin, com foco em fomentar o ecossistema de desenvolvedores e contribuir para o avanço tecnológico e institucional do Bitcoin no Brasil e na América Latina. A celebração dos Contratos Vinteum integra a estratégia da Companhia de alinhamento à comunidade técnica global de Bitcoin, associando seu modelo de tesouraria em ativos digitais a uma iniciativa reconhecida no setor de pesquisa e inovação. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 e o fator de risco “a.3)” indicado na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos Diretores apresentados a seguir referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas do período encerrado em 31 de maio de 2025, tendo em vista que, apesar de a Companhia ter sido constituída em 27 de fevereiro de 2025, ela recebeu, em 1 de abril de 2025, toda a atividade operacional da sociedade Curso Inter Graus Ltda. ("Curso Inter Graus Ltda"), por meio do aumento de aumento de capital integralizado com seus ativos.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de maio de 2025 era de R\$ 621 mil. A Companhia não possui dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

A Companhia foi constituída em 2025 com o propósito estratégico de otimizar a estrutura de capital das operações do curso pré-vestibular Intergraus, marcando um novo capítulo para o negócio. O seu patrimônio foi negativamente afetado no período em razão do prejuízo operacional apresentado em 31 de maio de 2025, data do levantamento das demonstrações auditadas:

(em milhares de R\$)	Acumulado 31/05/2025
Receita Líquida	524
Custos	-585
Lucro/Prejuízo Bruto	-61
Margem Bruta	-12%
Despesas Operacionais	-470
Resultado Operacional	-531
Margem Líquida	-105%

Contudo, é importante notar que o primeiro trimestre do ano é historicamente o mais desafiador em termos de receita para cursos pré-vestibulares, já que as matrículas só se intensificam após a divulgação dos resultados dos vestibulares. Historicamente, a partir de maio, é comum haver receitas adicionais com a formação das turmas de maio e com entradas de novos estudantes de cursos intensivos e extensivos. Por outro lado, os custos com a operação costumam ser fixos, desde janeiro.

Em 31 de maio de 2025, nosso índice de liquidez corrente era de 0,95, o que reflete a capacidade de cumprir com os compromissos assumidos. Vale lembrar que o valor do aluguel é registrado no ativo circulante conforme determina o IFRS e observa o princípio de competência, que considera o total de 12 meses de aluguel. Por outro lado, nossas receitas a receber somente são consideradas após as matrículas, que se intensificam a partir de maio e, principalmente, no segundo semestre do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nosso índice de endividamento geral (calculado pelo total do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do ativo), em 31 de maio de 2025, era de 0,74. Novamente, esse índice é altamente impactado pela contabilização do aluguel conforme IFRS. A Companhia não possui dívidas bancárias, financeiras ou tributárias, sendo que o passivo reflete basicamente as despesas de aluguel e folha de pagamentos. Ao longo do ano, é esperado um aumento nas receitas, em razão do aumento de turmas, sem que isso aumente de forma significativa nossos custos e despesas.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de maio de 2025 era negativo em R\$ 62 mil reais, o qual pode ser coberto com o valor do nosso patrimônio líquido.

A confiança no potencial da Companhia foi solidificada com o anúncio da aquisição da totalidade da participação societária na Companhia pela Oranje S.A. – Educação e Investimento.

b) estrutura de capital

Conforme informado no item anterior, a Companhia possui capital e patrimônio suficientes para cobrir eventuais necessidades de caixa da Companhia para este exercício. Além disso, a Companhia não possui dívidas bancárias, financeiras ou tributárias. Ou seja, a estrutura de capital da Companhia é composta exclusivamente por capital próprio, sem nenhum valor de capital de terceiros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia não apresenta, atualmente, limitações em sua capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros.

Na posição de 31 de maio de 2025, a Companhia possuía R\$ 716 mil em disponibilidade de caixa e R\$ 381 mil em recebíveis de curto prazo, lembrando que o primeiro trimestre do ano é historicamente o período de menor receita para o setor.

Já o passivo de curto prazo somava R\$ 1.196 mil, impactado, como esperado, pelos R\$ 473 mil da folha de pagamento. No valor do passivo de curto prazo, está englobado R\$ 609 mil de passivos de arrendamento devidos até abril de 2026 sendo que, para este ano, são esperadas despesas com efeito caixa de somente R\$ 386 mil, sendo o valor restante devido no ano seguinte.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ao longo dos próximos meses, não é esperado aumento de despesas com folha, embora seja esperado aumento nos recebíveis — impulsionado pelas matrículas e entradas nas turmas a partir de maio, conforme já mencionamos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia opera sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias, financiando suas atividades por meio de seu patrimônio líquido e sua geração de caixa.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido à natureza dos serviços de cursos pré-vestibulares, não há a necessidade imediata de realização de investimentos significativos em ativos imobilizados. A Companhia possui ativos mobiliários e de tecnologia adequados para as operações do cursinho, que não devem demandar atualizações no curto prazo. Da mesma forma, as duas unidades do cursinho funcionam em imóveis locados, que não demandam nesse momento investimentos relevantes em capex.

A expansão das atividades demandaria investimentos, nesse caso, dados os fluxos mensais de pagamento dos serviços prestados, a Companhia teria a opção de buscar fontes de financiamento com instituições bancárias por meio de empréstimos tradicionais ou antecipação de recebíveis.

Eventual deficiência para financiar seu capital de giro poderá também ser suprida mediante aporte de capital de seus acionistas controladores, diretos e indiretos, caso seja necessário.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda:

Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

Não há. Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não há. Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não há. Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não há. Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados (em milhares de reais)

Não há. Conforme mencionado nos itens anteriores, a Companhia opera atualmente sem dívidas bancárias, financeiras ou tributárias.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Conforme explicado acima, a Companhia foi constituída em 2025 para receber as operações do Curso Intergraus e, portanto, não é possível e nem aplicável a comparação com períodos anteriores.

Para o período de 27 de fevereiro de 2025 (data de constituição da Companhia) e 31 de maio de 2025, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$ 524 mil que se traduziam em uma margem bruta de -12% em razão dos custos de R\$ 585 mil. As despesas operacionais somaram R\$ 470 mil no período. Para o período, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 551 mil. Ao longo do ano, é esperado um aumento nas receitas, em razão do aumento de turmas, sem que isso aumente de forma significativa nossos custos e despesas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Valores expressos em milhares de Reais)	27/02/2025 a
	31/05/2025
Receita líquida	524
Custos	(585)
Prejuízo bruto	(61)
Receitas (despesas) operacionais	
Administrativas e gerais	(150)
Despesas com pessoal	(333)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1)
Outras receitas operacionais	16
Outras despesas operacionais	(2)
	(470)
(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(531)
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	3
Despesas financeiras	(23)
	(20)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(551)
Prejuízo do período	(551)

Para dar visibilidade dos resultados anteriores e proporcionar certa comparabilidade nos resultados, apresentaremos a seguir o quadro comparativo entre 2023 e 2024 do Curso Inter Graus Ltda., apesar da utilização passada de critérios contábeis não completamente comparáveis. Esclareça-se que as demonstrações financeiras do Curso Inter Graus Ltda. não foram objeto de auditoria independente (vide a seção Fatores de Risco).

As alterações referentes às linhas “custos” e despesas “administrativas e gerais” deveram-se a alterações na classificação na folha de pagamentos do que seria considerado custo e despesa, para padronizar com o restante do Grupo Bioma Educação. Se somarmos as duas linhas, veremos que houve uma redução no valor de custos e despesas para 2024, em razão de ter havido uma redução no valor total da folha de pagamentos.

A linha “outras receitas operacionais” considerou, em 2023, R\$ 958 mil de valores que foram recebidos em 2023, mas que eram serviços de competência de anos anteriores. Além disso, em janeiro de 2023, houve a reversão de uma provisão de rescisões contratuais efetuada em 2022 no valor de R\$ 1,4 milhões, que também entrou na linha “outras receitas operacionais”.

Já a linha “outras despesas operacionais” considerou em 2024 um total de provisão de contingências de processos trabalhistas no valor total de R\$ 1,4 milhões. Esses processos trabalhistas e suas respectivas provisões não foram transferidos para a Companhia.

Valores expressos em milhares de Reais	2024	2023
Receita líquida	4.837	4.891
JUR_SP - 56003073v2 - 15537002.548550	(2.650)	(3.822)
Custos		
Lucro bruto	2.187	1.069
% da RL	45,2%	21,9%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 1º de outubro de 2025, a Companhia incorporou Oranje S.A. – Educação e Investimento. Os efeitos contábeis e financeiros dessa operação estão descritos na íntegra no Relatório de Asseguração Razoável das Informações Financeiras Combinadas Pro Forma que pode ser consultado nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://intergraus.com.br/>).

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são diretamente impactados pelo número de estudantes matriculados e pelo nível de ocupação de turmas abertas. Ou seja, o total de estudantes é relevante para diluir despesas fixas, como remuneração de equipes de coordenação, direção, e aluguéis, enquanto o percentual de ocupação das turmas abertas impacta diretamente na margem bruta, já que o custo de uma turma é quase o mesmo, tenha a turma 1 ou 30 estudantes matriculados.

Ganhos de eficiência podem ser obtidos com a otimização das horas fora de sala de aula dos professores. A montagem de grades horárias com 'janelas' – horas em que o professor fica disponível e é remunerado, mas não tem nenhuma aula na sua grade – pode representar um uso ineficiente de recursos.

De 2023 para 2024, o Curso Inter Graus Ltda. apresentou uma expressiva melhora na sua margem, em razão da redução dos custos, fruto de disciplina no ensalamento e otimização da grade horária, além de redimensionamento de equipe. A redução no resultado operacional está relacionada aos ajustes contábeis realizados de 2023 para 2024 e melhor explicados no item 2.1(h).

b) variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Conforme informado no item 1.1, a Companhia recebeu, em 1 de abril de 2025, por meio de aporte de capital do Curso Inter Graus Ltda. todos os ativos e passivos necessários para continuar desempenhando as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares. Não houve introdução de novos produtos e serviços de 2023 para 2024 para o Curso Inter Graus Ltda., sociedade que até então abrigava as atividades do cursinho, tampouco houve variação significativa de volumes.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O principal componente de custo da Companhia, a folha salarial de professores, é reajustada de acordo com os dissídios da categoria. Outro componente importante de despesas é o valor dos aluguéis dos prédios em que as unidades do cursinho operam, que também têm contratos indexados aos índices de inflação. Em geral, o cursinho é capaz de repassar os aumentos de custos com inflação, neutralizando o impacto nos resultados operacionais da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração nas práticas contábeis da Companhia. Já para o Curso Inter Graus Ltda., que abrigava as atividades do cursinho até março de 2025, foram realizadas alterações nas práticas contábeis a partir da aquisição do cursinho pela Bioma Educação. Tais alterações foram decorrentes da aquisição e da necessidade de padronização das práticas para possibilitar a adequada consolidação dos resultados, bem como para a internalização da contabilidade ocorrida em 2023. O item 2.1(h) acima explica as alterações na forma de reconhecimento de receitas e despesas.

O Curso Inter Graus Ltda. e a Companhia são sociedades controladas pela Bioma Educação. As demonstrações financeiras consolidadas da Bioma Educação são preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* – IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM. A partir de 2019 a Companhia passou a aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS-16 e, com isso, a identificar os arrendamentos no balanço patrimonial. Com a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS-16 em 2019, a Bioma Educação passou a reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento relacionados ao arrendamento de imóveis.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Conforme informado acima, as demonstrações do Curso Inter Graus Ltda. não eram auditadas. Não existem ressalvas no parecer dos auditores com relação às demonstrações da Companhia de 31 de maio de 2025. Há ênfases sobre (i) a nota explicativa nº 1, que descreve que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 no contexto de uma reorganização societária e, em razão disso, as demonstrações contábeis são referentes ao período findo em 31 de maio de 2025 e não apresentam informações comparativas; e (ii) a reemissão das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de maio de 2025, em decorrência de exigências recebidas da CVM no âmbito do pedido de registro de companhia aberta da Companhia. Destaca, por fim, que a opinião dos auditores não foi modificada em função disso.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não alienou ou introduziu segmento operacional. Conforme informado no item 1.1, a Companhia recebeu, em 1 de abril de 2025, por meio de aporte de capital do Curso Inter Graus Ltda. todos os ativos e passivos necessários para continuar desempenhando as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não adquiriu ou alienou participação societária. Em setembro de 2025, foi anunciada a consumação da aquisição da totalidade da participação societária atualmente detida pela Bioma Educação na Companhia pela Oranje S.A. – Educação e Investimento.

c) eventos ou operações não usuais

Em linha com a cláusula 3.7.1.8 do Contrato de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças celebrado em 7 de maio de 2025 (“Contrato”), segundo a qual “[a]pós a transformação e antes do Deferimento do Registro Emissor, desde que haja reserva de capital ou de lucros na Sociedade, as Vendedoras envidarão os melhores esforços para que a Sociedade recompre 10% (dez por cento) das ações ordinárias e preferenciais de emissão, tendo como base a base acionária atual da Sociedade, incluindo eventuais aportes de capital a serem realizados até a Data de Fechamento, de modo que, na Data de Fechamento, essas ações estejam na tesouraria da Sociedade”, foi deliberada e aprovada por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de maio de 2025, a aquisição, pela Companhia, de 117.200 (cento e dezessete mil e duzentas) ações de emissão da Companhia, sendo 82.200 (oitenta e duas mil e duzentas) ações ordinárias e 35.000 (trinta e cinco mil) Ações Preferenciais Resgatáveis Classe A, pelo valor de R\$ 1,00 (um real) cada ação, totalizando R\$117.200,00 (cento e dezessete mil e duzentos reais), representando 10% (dez por cento) do capital social da Companhia. A aquisição das ações foi realizada no contexto do Contrato, nos termos da permissão do art. 30, §1º, da Lei das Sociedades Anônimas, e sua manutenção, revenda ou cancelamento serão decididos pelo adquirente, caso concretizada a aquisição das ações, em vista de considerações estratégicas pós-listagem relacionadas a plano de remuneração ou estrutura de capital da empresa.

2.5 Medições não contábeis

A Companhia não divulga medições não contábeis.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 10 de junho de 2025, foi concluída a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, previamente aprovada em assembleia geral. A operação foi realizada conforme os termos deliberados, com recursos provenientes da reserva de capital, e resultou na entrada em tesouraria de ações ordinárias e preferenciais classe A.

Após a recompra, o capital social da Companhia passou a ser assim dividido:

Sócias	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação (%)
Escolas Besa Ltda.	630.268	315.000	89,62%
Curso Inter Graus Ltda	109.532	-	10,38%
Ações em tesouraria	82.200	35.000	0,00%
TOTAL	822.000	350.000	100%

2.7 Destinação de resultados

	Ano 2025 ¹
a. Regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que necessariamente 5% do lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável para 31.05.2025
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável para 31.05.2025
b. Regras sobre distribuição de dividendos	As ações da sociedade darão direito a dividendos obrigatórios anuais equivalentes a 0,1% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404/76. As ações preferenciais classe A possuem direito ao recebimento de dividendo prioritário mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) por ação e de dividendos iguais a 10 vezes o valor pago a cada ação ordinária. As ações preferenciais classe B possuem direito ao recebimento de dividendo igual ao valor pago a cada ação ordinária. A regra melhor detalhada está constante no Art. 5º, §§ 7º, 8º e 11 do Estatuto Social da Companhia.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual e Intermediários
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia prevê que necessariamente 5% do lucro líquido do exercício será destinado à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.

¹ A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025.

2.7 Destinação de resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.
--	---

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços iii. Contratos de construção não terminada iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tampouco a Companhia é parte em contratos de arrendamento mercantil.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não possui contratos relevantes de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para 2025, não há previsão de novas unidades ou aumento de capacidade do cursinho, tampouco existem investimentos relevantes em andamento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para 2025, não há previsão de novas unidades ou aumento de capacidade do cursinho, tampouco existem investimentos relevantes em andamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento, nem previsão de desinvestimentos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, pois não há qualquer divulgação nesse sentido, tampouco há previsão de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos pela Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável. Não temos pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

2.10 Planos de negócios

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, conforme explicado no item (i) acima.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O objeto social da Companhia está intimamente ligado ao objetivo de desenvolvimento sustentável formulado pela Organização das Nações Unidas referente à educação de qualidade e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, de forma inclusiva e com qualidade.

Além disso, entendemos que há oportunidades de negócio relacionadas a questões sociais, com suporte de custos para estudantes com condições financeiras menos favorecidas. Atualmente, a Companhia concede descontos e condições favoráveis para estudantes nessa situação, sem, contudo, ter um programa estruturado de bolsas sociais. Existem concursos de bolsas para estudantes baseados em performance.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia não teve despesas relevantes com publicidades, patrocínios, parcerias e convênios,

A Companhia entende que todos os fatores que explicam o desempenho operacional foram devidamente identificados e comentados nos demais itens desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

- a. objeto da projeção**
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou nem tem como prática ou plano divulgar as suas projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou nem tem como prática ou plano divulgar as suas projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrição dos fatores de risco relacionados:

Investir em valores mobiliários envolve riscos. Investidores devem analisar cuidadosamente não apenas este Formulário de Referência e os riscos a seguir, como também nossas demonstrações financeiras anuais, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Fatores de risco podem impactar negativamente nossos negócios, finanças, resultados, fluxo de caixa, liquidez e futuro, podendo reduzir o preço dos valores mobiliários e causar perda total ou parcial do investimento. Os riscos descritos são aqueles conhecidos e considerados relevantes na data deste Formulário. Riscos desconhecidos ou considerados menos relevantes também podem nos afetar. "Efeito adverso" ou "negativo" referem-se a impactos relevantes em nossos negócios, finanças, resultados, fluxo de caixa, liquidez, futuro e preço dos valores mobiliários. A subdivisão dos itens de risco não impede que um risco se aplique a outros itens cumulativamente.

(a) à Companhia

a.1) Riscos relacionados às atividades educacionais da Companhia

A atividade da Companhia relacionada ao oferecimento de cursos pré-vestibular pode ser interrompida ou encerrada como decorrência de condições de mercado e do setor.

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Em 1º de abril de 2025 foi realizada cisão da Curso Inter Graus Ltda., com a consequente transferência das atividades operacionais de cursos pré-vestibular para a Companhia. A Curso Inter Graus Ltda. possui histórico de prejuízos acumulados relevantes, nos exercícios de 2022 a 2024, sendo o valor contábil total dos passivos financeiros, em 31 de maio de 2025 de R\$ 1.228 mil, sendo R\$ 91 mil relativos a fornecedores e R\$ 1.137 mil a passivos de arrendamento. A Companhia, portanto, apresenta atualmente déficit de caixa em sua operação de cursos pré-vestibular, o que exige o aumento de receitas ou a captação de recursos de terceiros. Entretanto, a Companhia pode não ser bem-sucedida na implementação dessas medidas, seja por limitações de sua experiência prévia em atividades alternativas de geração de receita, pela eventual inadequação do material didático já produzido para outras finalidades comerciais, pela ausência de canais de distribuição e parcerias estratégicas que viabilizem a expansão de novos produtos, ou ainda pela dificuldade em acessar linhas de crédito ou atrair investidores em condições compatíveis com sua necessidade de capital.

O sucesso dos cursinhos pré-vestibular depende do interesse em carreiras universitárias concorridas, captação de estudantes, localização e infraestrutura adequada de cada unidade.

O negócio tradicional de cursos pré-vestibular é baseado em aulas presenciais, alunos

4.1 Descrição dos fatores de risco

interessados em carreiras universitárias concorridas, e ofertas interessantes a candidatos pré-universitários.

O resultado da Companhia, portanto, é fortemente influenciado pela capacidade de captação e retenção de estudantes. Em geral, os alunos deixam o cursinho após ingressarem no curso de sua escolha, tornando constante a necessidade de captação de novos estudantes. A capacidade de captar estudantes depende principalmente: (i) da qualidade do curso; (ii) da adequação do curso às necessidades de estudante; (iii) da constante atualização e inovação das práticas educacionais; e (iv) da capacidade de comunicação e *marketing* em converter tais qualidades em atração de estudantes. Caso a Companhia não consiga manter a captação de novos estudantes, seus resultados poderão ser afetados negativamente.

Além disso, a localização e a acessibilidade das unidades é um fator importante para decisão de escolhas dos estudantes por um determinado curso pré-vestibular. Portanto, parte significativa da estratégia da Companhia é relacionada à locação de imóveis bem localizados, com infraestrutura adequada, incluindo sob a perspectiva regulatória de alvarás, licenças e AVCB.

Os contratos de locação em que a Companhia figura como locatárias têm prazos determinados, nos termos da Lei nº 8.245/1991 (lei de locação). Caso a Companhia não seja capaz de manter ou renovar seus Contratos de Locação ou celebrar novos contratos adequados, há o risco de incorrer em custos decorrentes da realocação de operações, perda e/ou diminuição de receita caso não haja substituição por um imóvel adequado à escola, ou caso haja demora em tal localização. Nesses casos, os resultados operacionais da escola podem ser adversamente afetados.

O oferecimento de cursos de outros cursos livres, principalmente de educação financeira, depende do desenvolvimento de plataforma eletrônica e adoção de novas tecnologias.

Em 1º de outubro a Companhia alterou seu Estatuto Social para incluir, em seu objeto social, a organização, promoção e venda de cursos sobre economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais e soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin, bem como o investimento proprietário em Bitcoin.

O desenvolvimento e implementação de cursos voltados à educação financeira, econômica, política e sobre Bitcoin no Brasil e na América Latina depende de forma relevante da criação de currículos atrativos e de qualidade e da adoção de plataforma eletrônica específica e da incorporação de novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que a adoção dessas plataformas e tecnologias será bem-sucedida, e eventuais dificuldades ou falhas nesse processo poderão comprometer a execução da estratégia proposta e impactar negativamente os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a.2) Riscos relacionados às atividades de investimento proprietário em Bitcoin

A concentração do portfólio de investimentos da Companhia em Bitcoin, bem como a alta volatilidade do Bitcoin, pode impactar adversamente seus resultados, sua condição financeira e a execução de sua estratégia de tesouraria.

A Companhia tem como atividade primordial o investimento em Bitcoin para manutenção em tesouraria, sendo este um elemento essencial de sua estratégia global de atuação. A estratégia da Companhia de manter posições relevantes em Bitcoin a expõe a diversos riscos, incluindo aqueles inerentes ao próprio ativo digital.

O Bitcoin é um ativo de elevada volatilidade, o que implica que seu valor pode oscilar de forma intensa em curtos períodos. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024, por exemplo, o Bitcoin sofreu flutuações no seu preço que variaram de aproximadamente R\$ 193 mil a R\$ 668 mil. Oscilações de dois dígitos em uma única semana - ou até em um único dia - não são incomuns. Além disso, estudos acadêmicos mostram que o Bitcoin historicamente apresenta desvios padrão elevados — ao longo de sua existência, seus retornos têm distribuição de “caudas largas”, ou seja, com frequência maior de eventos extremos (quedas ou subidas abruptas) em comparação a ativos mais tradicionais. Essa volatilidade acentuada pode criar impactos adversos diretos na tesouraria da Companhia. Em períodos de queda acentuada, as perdas podem reduzir significativamente o valor contábil dos ativos em Bitcoin em carteira, afetando negativamente os resultados e exigindo provisões contábeis ou ajustes nos controles internos. Em síntese, a elevada volatilidade do Bitcoin torna essencial que a Companhia mantenha estrutura de governança e ferramentas de gestão de risco e controles internos adequadas para mitigar impactos indesejados advindos dessa volatilidade. Qualquer falha na adoção ou execução eficaz dessas medidas poderá comprometer a estratégia da Companhia e impactar negativamente seus resultados.

Além disso, a liquidez de mercado e os padrões de negociação do Bitcoin podem influenciar de maneira relevante a execução da estratégia da Companhia. A negociação desse ativo envolve riscos de liquidez e de execução em operações de compra e venda necessárias para a gestão de caixa ou rebalanceamento de portfólio. Caso seja necessário converter rapidamente Bitcoin em moeda corrente para honrar compromissos operacionais ou societários, pode não haver demanda suficiente a preços adequados, resultando em perdas significativas ou atrasos na disponibilidade de recursos. Adicionalmente, em cenários de volatilidade extrema, a liquidez tende a se reduzir ainda mais, o que pode restringir a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de tesouraria de forma eficiente, impactando adversamente sua condição financeira e seus resultados.

A natureza relativamente nova da tecnologia do Bitcoin e dos criptoativos pode impactar adversamente a segurança, aceitação e valorização de nossos ativos de tesouraria.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Bitcoin, sua utilidade como ativo financeiro e seu padrão de negociação, baseia-se em tecnologias de registro distribuído e criptografia que, embora já contem com mais de uma década de existência e crescente aceitação por investidores institucionais e de varejo, ainda são considerados relativamente novos quando comparados a ativos tradicionais. Como consequência, permanecem incertezas relevantes quanto à sua estabilidade de longo prazo, governança, escalabilidade, interoperabilidade e resiliência tecnológica. Vulnerabilidades descobertas em protocolos criptográficos, falhas de software ou ataques sofisticados à rede podem comprometer a segurança das transações e a integridade do sistema, afetando diretamente a confiabilidade e o valor de mercado do Bitcoin. Além disso, por se tratar de uma classe de ativos em desenvolvimento, a trajetória do Bitcoin depende de fatores externos que ainda não estão consolidados, como: (i) a evolução do ecossistema tecnológico de blockchain; (ii) a concorrência com outras redes e criptoativos que possam oferecer soluções mais eficientes; e (iii) o nível de aceitação e confiança contínua por parte de usuários, investidores e intermediários financeiros.

A operação de tesouraria da Companhia depende, direta ou indiretamente, do funcionamento contínuo e seguro da rede Bitcoin (nós validadores, regras de consenso, mempool, taxas de transação e mecanismos de confirmação), bem como da compatibilidade entre as carteiras, provedores de custódia e integrações tecnológicas. Atualizações de protocolo, hard/soft forks, reorganizações de blocos, congestão da rede ou picos imprevisíveis de taxas podem atrasar liquidações, encarecer movimentações, impedir rebalanceamentos tempestivos e afetar a execução de ordens em janelas críticas. Esses eventos podem, portanto, restringir a capacidade de converter Bitcoin em moeda corrente para honrar compromissos operacionais, implementar políticas de hedge ou ajustar a exposição no ritmo e preço planejados, com efeitos adversos sobre caixa, resultados e liquidez. A persistência dessas incertezas, mesmo diante da crescente utilização global, pode gerar oscilações abruptas de preço, questionamentos sobre sua utilidade como reserva de valor ou meio de pagamento e, conseqüentemente, afetar de maneira adversa a estratégia de tesouraria da Companhia, seus resultados e sua condição financeira.

Além disso, a crescente disponibilidade de produtos financeiros, como fundos ou veículos de investimento lastreados em Bitcoin e outros criptoativos negociados em bolsa, pode impactar negativamente a liquidez e o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia, na medida em que oferecem alternativas de investimento potencialmente mais acessíveis ou reguladas.

A estratégia de tesouraria da Companhia baseada em Bitcoin também pode atrair maior escrutínio e supervisão regulatória, ampliando custos de conformidade e riscos de sanções. As plataformas de negociação de Bitcoin, por sua vez, estão mais sujeitas a riscos de fraude, falhas de segurança, problemas operacionais ou regulatórios do que os mercados de ativos

4.1 Descrição dos fatores de risco

tradicionais. A concentração da tesouraria da Companhia em Bitcoin acentua tais riscos, reduzindo sua flexibilidade operacional e aumentando a exposição a oscilações adversas.

Por fim, a execução de algumas operações de tesouraria da estratégia de Bitcoin da Companhia, especialmente operações com derivativos, a expõe a riscos de inadimplemento por parte de contrapartes em operações relevantes, o que pode afetar diretamente a liquidez, a execução de sua política de tesouraria e a proteção de seus ativos digitais.

A Companhia está exposta a riscos de segurança, custódia e perda de chaves privadas que podem resultar em perdas irreversíveis de Bitcoin e afetar adversamente seus resultados.

A estratégia de tesouraria da Companhia envolve a posse, custódia e movimentação de Bitcoin, ativo digital que depende de sistemas criptográficos descentralizados e do correto gerenciamento de chaves privadas. Essa estrutura expõe a Companhia a riscos tecnológicos, operacionais e cibernéticos significativos, incluindo falhas de software, ataques a redes blockchain, incidentes em prestadores terceirizados de custódia, bem como erros humanos ou operacionais.

Ainda que a Companhia adote práticas de segurança e utilize carteiras digitais segregadas mantidas por custodiante especializado, há risco de que, em caso de quebra, insolvência, fraude ou falha operacional do custodiante, a Companhia não consiga reaver total ou parcialmente seus Bitcoin, mesmo em estruturas formalmente segregadas. As apólices de seguro atualmente contratadas podem não cobrir integralmente o valor dos Bitcoin custodiados, limitando a capacidade de recuperação em situações de perda, ataque cibernético ou comprometimento das chaves privadas.

A perda, furto ou transferência incorreta das chaves digitais privadas é, em regra, irreversível, dado que as transações com Bitcoin são irreversíveis e não permitem reemissão de ativos. Além disso, vulnerabilidades em sistemas de autenticação, ransomwares, ataques de phishing direcionados a executivos ou falhas em soluções de custódia multiassinatura (MPC) representam ameaças concretas à integridade dos ativos de tesouraria da Companhia.

Historicamente, incidentes semelhantes já resultaram em prejuízos bilionários no setor de criptoativos, demonstrando a materialidade desse tipo de risco. A ocorrência de qualquer desses eventos pode causar perdas financeiras relevantes, exposição a litígios, danos reputacionais e impacto adverso sobre a posição financeira, o fluxo de caixa, os resultados operacionais e a confiança do mercado na governança da Companhia.

Os Bitcoin são detidos de forma concentrada e vendas ou distribuições por detentores de tais Bitcoin, ou qualquer capacidade de participar ou influenciar a rede de processamento de Bitcoin pode ter um efeito adverso no seu preço de mercado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2024, as 100 maiores carteiras de Bitcoin detinham aproximadamente 15% do Bitcoin em circulação. Além disso, é possível que outras pessoas ou entidades controlem várias carteiras que detenham coletivamente uma quantidade significativa de Bitcoin. É possível que algumas dessas carteiras sejam controladas pela mesma pessoa ou entidade e, como resultado dessa concentração, grandes vendas ou distribuições por tais detentores podem ter um efeito adverso no preço de mercado do Bitcoin, o que, por consequência, pode ter impactos a condição financeira e ao valor de mercado da Companhia.

Caso a rede de processamento de Bitcoin seja usada para facilitar atividades ilícitas, as empresas que atuam nesse mercado podem estar sujeitas a ações criminais ou civis ou terem seus serviços interrompidos, o que pode afetar negativamente o preço do Bitcoin e o valor das ações da Companhia.

As redes de Bitcoin foram e podem continuar sendo usadas para facilitar atividades ilícitas. Se a rede de processamento de Bitcoin for usada para facilitar atividades ilícitas, as empresas que atuam nesse mercado podem estar sujeitas a ações judiciais criminais ou civis ou de terem serviços interrompidos,

sendo que o Bitcoin pode ser removido das plataformas de negociação em virtude disso. Outros provedores de serviços de tais empresas também podem interromper serviços caso haja preocupação de que a rede de processamento de Bitcoin esteja sendo usada para facilitar atividades criminosas.

Qualquer um dos fatores acima pode aumentar o escrutínio regulatório da rede de processamento de Bitcoin e/ou afetar adversamente o preço do Bitcoin, a atratividade da rede de processamento de Bitcoin e investimentos nas ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser impactada por mudanças estruturais no sistema monetário global que reduzam a proposta de valor do Bitcoin e afetem sua demanda e precificação.

Eventuais mudanças estruturais no sistema financeiro global, como o reestabelecimento de lastros em commodities (ex.: ouro) ou a adoção coordenada de políticas de austeridade e controle de emissão monetária por governos centrais, podem comprometer a proposta de valor do Bitcoin como reserva alternativa a moedas fiduciárias.

Nesse cenário, a percepção do Bitcoin como "dinheiro forte" pode ser enfraquecida, levando a uma redução na demanda global pelo ativo, queda em sua adoção institucional e, consequentemente, impactos negativos sobre seu preço de mercado.

Tais mudanças podem afetar adversamente a estratégia de exposição ao Bitcoin da Companhia, comprometendo os resultados financeiros esperados e a atratividade da tese de investimento.

A Companhia pode ser impactada por variações cambiais indiretas decorrentes da correlação negativa entre o Bitcoin e o dólar norte-americano.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Bitcoin pode estar sujeito a risco cambial indireto, uma vez que apresenta correlação inversa significativa com o índice do dólar (DXY). Isso significa que, em períodos de valorização do dólar, é comum que o Bitcoin apresente movimento de desvalorização, o que pode impactar negativamente o valor do ativo. Esse efeito pode gerar volatilidade adicional e potenciais impactos na estabilidade financeira da Companhia, especialmente em cenários de forte oscilação no câmbio internacional.

a.3) Riscos relacionados à captação de recursos adicionais para realização de investimentos em Bitcoin

A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais para investir em Bitcoin e aumentar a concentração de Bitcoin por ação. Levantar fundos para sustentar a estratégia de tesouraria que contempla a aquisição contínua de Bitcoin é parte relevante de sua política de alocação de capital. Esses recursos poderão ser levantados por meio da emissão de novas ações ordinárias, da venda em mercado de ações mantidas em tesouraria, da emissão de dívidas conversíveis em ações, emissão de outros valores mobiliários que conferem direito de subscrição ou conversão em ações ordinárias, e operações com derivativos e outros instrumentos financeiros.

O Estatuto Social autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social até o limite de 3.000.000.000 de ações, podendo deliberar emissões de ações e de valores mobiliários conversíveis, inclusive com supressão ou redução de direito de preferência, conforme os casos previstos em lei, o que confere ao Conselho de Administração ampla flexibilidade para aprovar futuras emissões. A eventual emissão de ações ordinárias adicionais ou de instrumentos lastreados em ações pode resultar em diluição relevante da participação proporcional dos atuais acionistas no capital social da Companhia, bem como em redução do lucro por ação e do valor patrimonial líquido por ação.

Adicionalmente, a Companhia celebrou dois contratos de opção de compra de ações com a Vinteum Technology Inc. (“Vinteum”), que conferem à Companhia o direito de adquirir ações preferenciais resgatáveis classe A (“PN Classe A”) atualmente detidas pela Vinteum, cujo exercício foi autorizado pela Assembleia Geral realizada em 1º de outubro de 2025, a qualquer tempo (os “Contratos Vinteum”). Em conjunto, os Contratos Vinteum abrangem, portanto, 150.304.000 PN Classe A. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

Após a aquisição, a Companhia poderá manter tais PN Classe A em tesouraria, convertê-las em ações ordinárias, na proporção de 10 ações ordinárias para cada uma PN Classe A, a qualquer momento, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração, ou ainda aliená-las

4.1 Descrição dos fatores de risco

no mercado, em linha com sua estratégia de capital.

A eventual conversão e alienação das ações preferenciais resgatáveis classe A adquiridas pela Companhia, bem como futuras emissões de ações ordinárias, poderão ampliar de forma significativa o número de ações em circulação, o que pode resultar em diluição relevante da participação proporcional dos atuais acionistas, além de reduzir indicadores como o lucro por ação e o valor patrimonial por ação da Companhia.

Adicionalmente, a estratégia da Companhia de manter ações em tesouraria para posterior colocação em mercado também pode gerar efeito dilutivo semelhante, uma vez que a alienação dessas ações aumenta o volume de papéis disponíveis para negociação, diminuindo o valor relativo das participações existentes.

Por fim, a eventual emissão de dívidas conversíveis, opções, warrants, derivativos ou outros instrumentos financeiros pode acarretar diluição futura, seja em razão da conversão obrigatória ou voluntária desses instrumentos em ações ordinárias, seja em função de mecanismos de ajuste de preço estabelecidos em condições favoráveis a novos investidores.

A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia

A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis Classe A em circulação, que conferem direitos econômicos superiores às ações ordinárias, notadamente em relação ao recebimento de dividendos. Nos termos do Estatuto Social, tais ações podem ser convertidas em ações ordinárias na proporção de uma PN Classe A para 10 ações ordinárias, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração. Além disso, a Companhia celebrou os Contratos Vinteum, contratos de opção de compra de tais ações, que permitem a aquisição de todas as ações PN Classe A emitidas pela Companhia. Uma vez adquiridas pela Companhia, as PN Classe A poderão ser mantidas em tesouraria e, posteriormente, convertidas em ações ordinárias e alienadas em mercado, com efeitos diretos sobre a composição acionária, a liquidez e a percepção de valor das ações ordinárias. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

Diferentemente de emissões futuras de ações ou instrumentos conversíveis, esse mecanismo envolve a utilização de uma classe de ações já existente e com condições de conversão previamente definidas, o que pode potencializar seus impactos em cenários de recompras ou conversões em grande escala. Tais efeitos podem incluir a diluição da participação proporcional dos atuais acionistas ordinários, a criação de pressões adicionais sobre a liquidez e a precificação das ações da Companhia e, ainda, a alteração da distribuição relativa de poder entre acionistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, caso o exercício das opções de recompra e a conversão das PN Classe A em ordinárias ocorram em momentos de condições de mercado desfavoráveis, os efeitos adversos sobre preço, liquidez e retorno esperado dos investidores podem ser amplificados.

A Companhia está exposta a riscos de contraparte em razão dos contratos celebrados com a Vinteum Technology Inc., sociedade sediada nas Ilhas Virgens Britânicas.

A Companhia celebrou contratos de opção de compra com a Vinteum Technology Inc., sociedade constituída e existente segundo as leis das Ilhas Virgens Britânicas ("BVI"), que atua como centro de pesquisa e desenvolvimento em Bitcoin. Nos termos desses contratos, a Vinteum detém e outorgou à Companhia o direito de aquisição de ações preferenciais resgatáveis classe A de emissão da Companhia.

A execução e eficácia desses contratos dependem do cumprimento das obrigações da Vinteum, incluindo a manutenção da titularidade das ações objeto da opção e a efetiva transferência das ações quando do exercício. Qualquer inadimplemento, atraso ou incapacidade da Vinteum em honrar suas obrigações pode limitar a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de capital e de governança.

Além disso, o fato de a Vinteum ser uma sociedade sediada nas BVI adiciona riscos específicos: (i) incertezas regulatórias e menor transparência societária, típicas de jurisdições offshore; (ii) eventuais dificuldades para a execução judicial de direitos contratuais no Brasil contra entidade estrangeira; e (iii) riscos reputacionais associados à vinculação da Companhia com uma contraparte estrangeira sediada em paraíso fiscal.

Por fim, como a Vinteum não é uma instituição financeira nem um investidor tradicional, mas sim um centro de pesquisa em Bitcoin, há riscos adicionais relacionados à sua natureza institucional, fontes de financiamento e eventual continuidade de suas atividades. Mudanças em sua estrutura operacional, governança ou condição financeira podem afetar adversamente a execução dos contratos e, em consequência, a estratégia societária e financeira da Companhia. Para mais informações sobre os Contratos Vinteum, vide seção 12.9 deste Formulário de Referência.

A política de dividendos da Companhia poderá implicar pagamento de dividendos em patamar significativamente inferior à média do mercado.

Em vista de sua atividade, a Companhia poderá adotar estratégia de reinvestimento de caixa em Bitcoin , o que pode resultar em distribuição de dividendos substancialmente inferior à prática de mercado. Nos termos do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm direito a dividendo mínimo de apenas 0,001% do lucro líquido anual ajustado, enquanto os titulares de ações preferenciais resgatáveis classe A fazem jus a dividendo mínimo de R\$ 0,01

4.1 Descrição dos fatores de risco

por ação, acrescido de valor equivalente a dez vezes o dividendo pago por ação ordinária. Esses percentuais contrastam com o padrão de mercado no Brasil, que usualmente contempla dividendos de 25% do lucro líquido ajustado.

Mesmo que a Companhia registre lucro em determinado exercício, a distribuição de dividendos poderá não representar um benefício financeiro relevante aos acionistas. O lucro ajustado poderá ser destinado à capitalização, absorção de prejuízos ou a outras finalidades admitidas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis aplicáveis, não estando necessariamente disponível para pagamento de dividendos. Além disso, a Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social em particular, mediante a determinação do Conselho de Administração de que tais distribuições seriam desaconselháveis.

Caso qualquer destes eventos ocorra, ou caso inexista lucro líquido no exercício ou reserva de lucros acumulados, os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio em determinado exercício social. Quaisquer dividendos não distribuídos devem ser destinados a uma conta de reserva especial para futuro pagamento aos acionistas, a menos que sejam utilizados para compensar prejuízos subsequentes. Assim, existe a possibilidade de que os acionistas da Companhia não recebam dividendos em exercícios sociais específicos, ou que tais distribuições ocorram em níveis significativamente inferiores ao padrão de mercado.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem gerar obrigações relevantes e afetar adversamente a Companhia.

A Companhia, suas controladas e seus administradores podem ser ou vir a se tornar partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais de diversas naturezas — incluindo tributária, cível, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, de propriedade intelectual e trabalhista. Não há garantia de que os desfechos desses processos serão favoráveis, nem de que os provisionamentos constituídos serão suficientes para fazer frente a todas as obrigações eventualmente decorrentes.

Além disso, administradores e acionistas podem ser mencionados, intimados ou responsabilizados em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou investigações de natureza cível, trabalhista, tributária ou criminal, inclusive em razão de posições ocupadas em outras sociedades. A eventual condenação ou indiciamento, sobretudo em processos criminais, pode inviabilizar o exercício de suas funções na Companhia, impactando a continuidade da administração e a reputação corporativa.

Por fim, decisões condenatórias ou a celebração de acordos que impliquem desembolsos relevantes podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia, sua reputação no mercado e a valorização de suas ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades na contratação de apólices, o que pode gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está exposta à ocorrência de eventos não segurados — tais como casos fortuitos e de força maior, interrupções de atividades, ataques cibernéticos e outros —, bem como a danos que não estejam cobertos ou que superem os limites de suas apólices vigentes. Nessas hipóteses, poderá ser obrigada a arcar integralmente com os custos de recomposição e reparação de ativos atingidos, o que pode afetar negativamente sua condição financeira.

Mesmo nos casos em que o evento seja coberto, não há garantia de que o pagamento do seguro será tempestivo ou suficiente para compensar integralmente os danos sofridos. Além disso, a cobertura depende do adimplemento dos prêmios de seguro, de modo que eventual inadimplência pode deixar a Companhia descoberta justamente em caso de sinistro.

A Companhia também não pode assegurar que conseguirá manter apólices em condições comerciais razoáveis, em termos aceitáveis ou com seguradoras de mesmo porte e reputação das atuais. Ademais, poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenizações a terceiros em decorrência de sinistros. Caso qualquer desses fatores se concretize, os negócios, a situação financeira, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

a.4) Propriedade Intelectual

A Companhia pode enfrentar riscos relacionados ao registro e à proteção da marca “OranjeBTC” e seus derivativos perante o INPI e outras jurisdições

A marca “OranjeBTC” é um ativo estratégico para a Companhia, estando sujeita a processos de registro, manutenção e proteção perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e, eventualmente, em outros países. A marca “OranjeBTC” ainda encontra-se em processo de registro perante o INPI e não há garantia de que o pedido de registro será definitivamente concedido. Além disso, pedido de registro anterior referente à marca nominativa “Oranje Bitcoin Treasury Company” foi objeto de oposição por terceiros, o que pode vir a resultar em restrição ao uso da marca ou em indeferimento dos registros atualmente em curso.

Além disso, a Companhia pode ser alvo de alegações de infração a marcas de terceiros semelhantes, o que poderia resultar em litígios, custos adicionais, restrições ao uso da marca e, em casos extremos, obrigar a modificação ou substituição de sua identidade visual. Qualquer desses eventos poderia impactar negativamente a estratégia de comunicação, marketing e posicionamento da Companhia no mercado de capitais e de criptoativos, ou mesmo envolver pedido de indenização relevante por prejuízos causados a terceiros.

A reputação e a proteção das marcas educacionais, em especial “Intergraus”, podem ser

4.1 Descrição dos fatores de risco

impactadas por concorrência, uso indevido ou dificuldades de associação com novos segmentos de atuação

A Companhia atua no setor educacional por meio da marca “Intergraus”, tradicionalmente associada a cursos pré-vestibulares e, mais recentemente, expandida para iniciativas em educação financeira e Bitcoin. Essa marca constitui ativo reputacional relevante, cuja proteção contra uso indevido, concorrência desleal ou diluição de valor depende de medidas jurídicas e administrativas contínuas. Existe o risco de que terceiros tentem registrar ou explorar sinais distintivos semelhantes, gerando confusão de mercado e prejuízo à imagem construída ao longo de décadas. Além disso, a associação da marca Intergraus a conteúdos e produtos vinculados ao Bitcoin pode afetar negativamente a percepção do público-alvo, reduzir a confiança de estudantes, pais e instituições parceiras e comprometer a base de alunos e receitas da Companhia.

A Companhia pode enfrentar riscos de propriedade intelectual relacionados a marcas, domínios e identidade de iniciativas ligadas à tesouraria de Bitcoin

No âmbito de sua estratégia, a Companhia poderá desenvolver ou adotar novas marcas, domínios, conteúdos digitais e sinais distintivos voltados à divulgação de suas atividades de investimento e gestão de Bitcoin. O registro e a proteção desses ativos de propriedade intelectual ainda dependem de procedimentos administrativos perante órgãos competentes, estando sujeitos a contestações de terceiros, indeferimentos ou litígios. Além disso, marcas associadas a criptoativos podem enfrentar restrições regulatórias, limitações de registro em determinadas jurisdições ou problemas de aceitação em campanhas de comunicação e plataformas digitais, dificultando sua consolidação. A eventual perda de exclusividade ou incapacidade de proteger essas marcas pode prejudicar a diferenciação da Companhia em relação a concorrentes e limitar estratégias de marketing.

(b) a seus acionistas, em especial os acionistas controladores

b.1) Riscos relacionados à dispersão acionária do capital da Companhia e ausência de controlador

A ausência de acionista controlador, a dispersão acionária e a elevada proporção de ações em circulação podem aumentar a volatilidade, reduzir a estabilidade societária e afetar adversamente a execução da estratégia da Companhia

A Companhia possui capital social difuso, não possuindo acionista controlador. Essa estrutura societária pode gerar maior volatilidade no preço das ações, em razão da elevada liquidez e da possibilidade de oscilações abruptas decorrentes de movimentos de compra e venda por parte de investidores institucionais ou de varejo. Além disso, a ausência de um acionista controlador

4.1 Descrição dos fatores de risco

pode implicar menor estabilidade na governança corporativa, dificultando a formação de blocos estáveis de voto em assembleias gerais e aumentando o risco de decisões estratégicas fragmentadas ou influenciadas por conjunturas de mercado de curto prazo.

A dispersão acionária também pode tornar a Companhia mais suscetível a tentativas de aquisição hostil, formação de grupos de pressão ou atuação coordenada de acionistas ativistas, que podem buscar impor mudanças estratégicas ou de governança divergentes do plano de negócios estabelecido. Qualquer desses eventos pode impactar adversamente a capacidade da Companhia de executar sua estratégia corporativa, comprometer a continuidade de políticas de longo prazo e impactar negativamente a valorização de suas ações.

A existência de mecanismos estatutários de “poison pill” e garantias de dispersão acionária pode limitar a tomada de controle e impactar o valor de mercado da Companhia

O Estatuto Social da Companhia prevê cláusulas que exigem a realização de Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações em caso de aquisição relevante de participação acionária, com prêmio sobre o preço de mercado, assegurando tratamento equitativo a todos os acionistas. Esses mecanismos, conhecidos como “poison pill”, têm por objetivo evitar que acionistas ou grupos de investidores adquiram posição significativa no capital social sem estender a oferta a todos os demais.

Adicionalmente, o Estatuto Social contém garantias de dispersão acionária que buscam assegurar ampla pulverização das ações em circulação, limitando a concentração de poder e reforçando a característica de companhia sem controlador. Tais mecanismos, embora criados para proteger a Companhia e seus acionistas minoritários, podem reduzir a atratividade de operações de aquisição ou reorganizações societárias, na medida em que impõem custos adicionais ou exigem prêmios relevantes em uma eventual OPA.

Essas disposições podem, portanto, ter efeito antieconômico para investidores interessados em adquirir participação relevante, limitando o potencial de valorização das ações em cenários de disputa por controle ou operações estratégicas. Além disso, a exigência de prêmios substanciais em eventuais OPAs pode restringir a liquidez e reduzir o interesse de investidores estratégicos, impactando adversamente a dinâmica de mercado, a governança e o valor das ações da Companhia.

b.2) Riscos relacionados à limitação do direito de preferência e diluição de acionistas

O exercício limitado do direito de preferência em futuras emissões pode acarretar diluição relevante da participação dos acionistas e outros efeitos adversos

Ainda que a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia prevejam, em regra, a

4.1 Descrição dos fatores de risco

concessão de direito de preferência aos acionistas em eventuais aumentos de capital mediante a emissão de ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis, esse direito poderá ser limitado ou excluído pelo Conselho de Administração nas hipóteses autorizadas em lei ou no Estatuto. Nessas situações, determinados investidores poderão não ter a oportunidade de acompanhar proporcionalmente novas emissões, resultando em diluição de sua participação relativa no capital social da Companhia.

Adicionalmente, mesmo quando assegurado, o exercício do direito de preferência pode ser oneroso ou inviável para determinados acionistas, que podem não dispor de liquidez suficiente para acompanhar uma chamada de capital em condições de mercado adversas. A não participação proporcional em tais operações pode reduzir a participação acionária, concentrar poder entre investidores que exerçam integralmente seus direitos e acentuar a diluição econômica.

Adicionalmente, a diluição também pode decorrer de emissões realizadas a preços inferiores às cotações de mercado, impactando negativamente o valor econômico das participações existentes, bem como de instrumentos de remuneração baseados em ações (stock options, planos de incentivo de longo prazo, conversões de dívidas ou preferenciais) e da conversão em ações ordinárias de PN Classe A que forem objeto de recompra pela Companhia no âmbito dos Contratos Vinteum, que aumentam o número de ações em circulação. Em todos esses cenários, os atuais acionistas podem enfrentar perda de influência nas deliberações sociais, redução no lucro por ação e no valor patrimonial por ação, além de potenciais pressões negativas sobre a cotação das ações no mercado.

A manutenção de ações em tesouraria e a existência de ações preferenciais resgatáveis Classe A conversíveis em ordinárias podem impactar a estrutura acionária e aumentar a diluição dos acionistas

Nos termos da regulamentação e do Estatuto Social, a Companhia pode manter até 10% das ações em circulação em tesouraria, as quais podem ser posteriormente alienadas no mercado para captação de recursos ou execução de estratégias societárias. A eventual colocação dessas ações em mercado pode gerar pressão vendedora e efeitos adversos sobre a cotação das ações ordinárias, além de contribuir para a diluição da participação dos atuais investidores.

Adicionalmente, a Companhia emitiu PN Classe A, que conferem direitos econômicos superiores e podem ser convertidas em ações ordinárias na proporção de uma PN Classe A para até 10 (dez) ações ordinárias, nos termos do Estatuto Social. Essa conversibilidade representa um potencial de diluição significativo, capaz de alterar de forma relevante a participação relativa dos atuais acionistas detentores de ações ordinárias. A adoção da estratégia envolvendo a recompra de PN Classe A, sua manutenção em tesouraria e eventual conversão gradual em ações ordinárias pode, ao longo do tempo, modificar substancialmente a

4.1 Descrição dos fatores de risco

estrutura de capital da Companhia, reduzindo o valor patrimonial por ação, o lucro por ação e a influência proporcional de cada acionista titular de ações ordinárias.

A incerteza quanto ao volume e ao momento em que a Companhia poderá alienar ações de tesouraria ou converter PN Classe A em ordinárias também pode intensificar a percepção de risco de diluição pelo mercado, afetando a atratividade das ações e sua precificação em mercado secundário.

A existência de ações preferenciais Classe B, de titularidade do fundador, pode conferir poderes desproporcionais e impactar a governança da Companhia

A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis classe B (PN Classe B) em circulação. Atualmente, a totalidade das PN Classe B é detida pelo acionista fundador da Companhia. As PN Classe B conferem direitos políticos relevantes a seus titulares, incluindo o poder de eleger um membro do Conselho de Administração e o direito de veto sobre qualquer alteração do objeto social.

Essa estrutura estatutária significa que seu titular, mesmo detendo participação minoritária no capital votante, poderá exercer influência desproporcional sobre decisões estratégicas e de governança da Companhia. O direito de veto, em particular, pode restringir a flexibilidade da administração, dificultar a implementação de mudanças estruturais ou inviabilizar operações societárias de interesse da maioria dos acionistas detentores de ações ordinárias. Além disso, a concentração desses direitos políticos em um único acionista pode aumentar o risco de conflitos de interesse entre o fundador e os demais acionistas, o que pode afetar adversamente a execução da estratégia corporativa, a dinâmica de governança e a valorização das ações da Companhia.

b.3) Riscos relacionados com a recente incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento pela Companhia

Em 9 de setembro de 2025 as ações da Companhia foram alienadas pela Bioma Educação S.A. ("Bioma"), por meio de suas subsidiárias Curso Inter Graus Ltda. e Escolas Besa para a Oranje S.A. - Educação e Investimento ("Oranje") e, em 1º de outubro de 2025, foi concluída a incorporação reversa da Oranje pela Companhia. A incorporação pode acarretar riscos relevantes para a Companhia.

Do ponto de vista contábil e informacional, a incorporação pode dificultar a comparabilidade histórica das demonstrações financeiras da Companhia. A necessidade de ajustes de práticas contábeis, reclassificação de ativos e passivos e reconhecimento de ativos intangíveis pode comprometer a análise do desempenho histórico e futuro da Companhia por investidores, credores e analistas de mercado, aumentando a percepção de incerteza sobre seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Sob a ótica operacional e estratégica, a incorporação uniu modelos de negócio distintos - cursos educacionais e gestão de tesouraria concentrada em Bitcoin - que demandam integração administrativa, cultural e de governança. Eventuais falhas nesse processo podem gerar sobreposição de estruturas, custos de transição não previstos ou desalinhamento estratégico, prejudicando a execução do plano de negócios e a geração de valor.

Adicionalmente, a incorporação pode acarretar riscos de imagem e posicionamento de mercado. A alteração da denominação social e a nova identidade corporativa vinculada à estratégia de Bitcoin podem não ser plenamente assimiladas por todos os públicos (alunos, investidores, reguladores, parceiros institucionais), o que pode afetar a continuidade das operações de educação e a percepção de credibilidade da Companhia no mercado.

(c) a suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controladas ou coligadas.

(d) a seus administradores

d.1) Risco de conflito de interesses – Operação de alienação de controle da Companhia

Na situação relativa à transação societária informada no item b.2. acima, o Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho ("Sr. Guilherme") era parte relacionada da Oranje (acionista e diretor), parte relacionada da vendedora (membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e de Novos Negócios e do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance da Bioma), e ocupa o cargo de diretor sem designação específica na Companhia.

d.2) A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores que detêm amplo conhecimento do negócio, entre eles, os fundadores da Companhia. A perda destes membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

(e) a seus fornecedores

Não aplicável.

4.1 Descrição dos fatores de risco

(f) a seus clientes

Não aplicável.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

g.1) Riscos relacionados ao setor da educação

Avanço na tecnologia na educação pode prejudicar modelos de negócio baseados em ensino presencial, como o utilizado pelo Intergraus

O aumento de tecnologias na área de educação, mesmo com a falta de regulamentação, pode gerar riscos para a Companhia caso não consiga acompanhar o avanço dessas tecnologias, gerando perda na percepção de qualidade frente a seus concorrentes. Da mesma forma, ataques cibernéticos podem gerar perdas ou vazamentos de dados, afetando a credibilidade e a reputação do cursinho.

A expansão estrutural da oferta de vagas no ensino superior pode reduzir a demanda por cursinhos preparatórios e impactar adversamente os resultados da Companhia

O setor de cursos preparatórios para vestibulares, no qual a Companhia atua por meio da marca Intergraus, está sujeito a mudanças estruturais no mercado de ensino superior. Nos últimos anos, tem havido uma expansão relevante do número de vagas em universidades públicas e privadas, impulsionada por políticas de inclusão educacional, crescimento de instituições privadas de ensino superior e aumento da oferta de cursos a distância (EAD). Essa maior disponibilidade de vagas tem facilitado o ingresso de estudantes em universidades, reduzindo a pressão competitiva dos vestibulares e, conseqüentemente, a demanda por cursinhos preparatórios tradicionais.

Caso essa tendência de ampliação da oferta de vagas se consolide, a relevância do ensino preparatório poderá diminuir de forma estrutural, reduzindo a base potencial de alunos e comprimindo as margens. Isso pode obrigar a Companhia a readequar sua estratégia de captação e precificação, com possíveis efeitos adversos sobre suas receitas, seus resultados operacionais e sua capacidade de manter a atratividade de seus serviços educacionais.

g.2) Riscos relacionados às Empresas de Tesourarias de Bitcoin

A Companhia pode enfrentar baixa demanda no mercado local por investimentos ou produtos vinculados ao Bitcoin, o que pode comprometer o êxito da estratégia adotada pelas Empresas de Tesourarias de Bitcoin

4.1 Descrição dos fatores de risco

Embora as Empresas de Tesourarias de Bitcoin tenham ganhado destaque global, a demanda no Brasil e na América Latina por investimentos e produtos vinculados ao Bitcoin ainda é incipiente e sujeita a variações conjunturais. Caso o mercado local não adote o Bitcoin como ativo de reserva de valor ou meio de exposição patrimonial de forma consistente, a estratégia da Companhia pode não atingir os resultados esperados. Fatores como desconfiança dos investidores, falta de regulação clara, volatilidade do ativo e concorrência de produtos financeiros tradicionais podem reduzir a atratividade da proposta da Companhia. Essa baixa adesão comprometeria a capacidade da Companhia de expandir sua base de tesouraria, de captar novos clientes e de consolidar-se como referência em seu setor, impactando adversamente seus resultados e sua valorização de mercado.

A Companhia pode ser impactada pela evolução tecnológica do setor de criptoativos e pela concorrência de novos instrumentos financeiros com exposição ao Bitcoin

Apesar de o Bitcoin ser o primeiro e mais consolidado criptoativo global, sua tecnologia e protocolo ainda são relativamente recentes quando comparados a ativos tradicionais. Existe o risco de obsolescência tecnológica ou de perda de relevância caso surjam inovações mais eficientes em termos de segurança, escalabilidade, velocidade de transações ou consumo energético. Além disso, o mercado financeiro pode desenvolver novos instrumentos e produtos regulados com exposição ao Bitcoin — como fundos, ETFs ou derivativos mais acessíveis e líquidos — que competem diretamente com a estratégia das Empresas de Tesourarias de Bitcoin. A maior conveniência, regulação ou liquidez desses produtos pode reduzir a atratividade da Companhia perante investidores, limitando sua capacidade de captar recursos, de manter relevância como tesouraria de Bitcoin e de sustentar sua estratégia de longo prazo.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua
--

h.1) Riscos relacionados à regulação do setor da educação

Investimento do governo em educação pública e regulação de cursinhos pode implicar reduzir a demanda por cursos preparatórios ou implicar concorrência desleal com cursinhos públicos

O Cursinho Intergraus poderá ser negativamente afetado em cenários de aumento dos investimentos governamentais em educação pública, seja na melhoria da qualidade do ensino médio, seja na ampliação estrutural da oferta de vagas no ensino superior público. A elevação da qualidade da educação básica e a maior facilidade de ingresso em universidades públicas ou privadas podem levar a uma redução da procura por cursos preparatórios privados, diminuindo a base de estudantes da Companhia e pressionando seu resultado operacional.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, eventual criação ou subsídio governamental a cursinhos pré-vestibulares públicos ou comunitários pode representar uma forma de concorrência com condições assimétricas, dado que tais iniciativas poderiam ofertar cursos a preços inferiores aos praticados no setor privado, sem a mesma estrutura de custos. Esse cenário pode comprometer a competitividade do Cursinho Intergraus, exigindo maior concessão de descontos, aumento de investimentos em diferenciação ou redução de margens, com impactos adversos sobre a receita e a lucratividade da Companhia.

Fechamento das unidades de ensino presencial em vista de pandemia, ou imposição de restrições para o funcionamento de tais unidades

Devido à pandemia de Covid-19, ou outras doenças contagiosas que surjam futuramente, as autoridades locais podem tomar a decisão de obrigar o fechamento de unidades de ensino, impedindo o ensino presencial e prejudicando a sua qualidade, o que pode acarretar a perda de estudantes, consequentemente de receita líquida.

h.2) Riscos relacionados à regulação de Empresas de Tesourarias de Bitcoin

A Companhia pode ser impactada pela regulamentação aplicável a Bitcoin, inclusive por eventuais restrições impostas por autoridades brasileiras que afetem o investimento em Bitcoin.

Atualmente, o mercado de criptoativos no Brasil é regido pela Lei no 14.478, de 21 de dezembro de 2022, conforme alterada, e pelo Decreto no 11.563, de 13 de junho de 2023, o qual estabeleceu o Banco Central como competente para disciplinar as atividades das prestadoras de serviços de ativos virtuais, sendo a CVM responsável por regular as ofertas de ativos virtuais considerados valores mobiliários, nos termos da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Em 2024 e 2025, o Banco Central realizou consultas públicas para coleta de subsídios e contribuições para formulação da regulamentação para os prestadores de serviços de ativos virtuais, sendo que, até o momento, não publicou normas específicas a esse respeito. Caso as normas que o Banco Central venha a publicar para o setor de criptoativos brasileiro, ou que a CVM eventualmente venha a publicar com relação a oferta de ativos virtuais considerados valores mobiliários, contenham restrições a negociação, custódia, oferta ou investimento em Bitcoin, isso poderá afetar de forma adversa a estratégia da Companhia de investir em Bitcoin. Adicionalmente, existe a perspectiva de que transferências transacionais de Bitcoin (e outros ativos virtuais) passem a ser operações inseridas no mercado de câmbio, o que poderá impactar significativamente a disponibilidade e o valor do ativo.

No cenário internacional, observa-se um movimento crescente de convergência regulatória voltado a promoção da transparência e a mitigação de riscos no ecossistema de criptoativos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Um dos principais marcos nesse contexto é a implementação da chamada *Travel Rule*, um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pelo *Financial Action Task Force* (FATF), que desde 2019 passou a exigir que prestadores de serviços de ativos virtuais (VASPs) colem, verifiquem e compartilhem informações pessoais de remetentes e destinatários de transações com criptoativos — como nome, número de conta e endereço. O objetivo da regra é fortalecer os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, promovendo maior rastreabilidade e segurança nas transações envolvendo ativos virtuais.

A União Europeia incorporou formalmente a *Travel Rule* por meio do regulamento MiCA (*Markets in Crypto-Assets Regulation*), que entrou em vigor em 2024. O MiCA estabelece um arcabouço regulatório abrangente para emissores e prestadores de serviços de criptoativos, incluindo requisitos de governança, transparência, proteção ao consumidor e combate a ilícitos financeiros.

A adoção de normas semelhantes por outras jurisdições, inclusive o Brasil, bem como a evolução da regulamentação sobre o mercado de criptoativos a nível mundial, podem impactar significativamente a forma como transações (locais e transfronteiriças) com criptoativos, incluindo o Bitcoin, são executadas.

Além disso, as indefinições regulatórias podem limitar a negociação, custódia, oferta ou investimento em Bitcoin. Tais situações geram incertezas que podem impactar de forma adversa a estratégia da Companhia de investir em Bitcoin e, consequentemente, podem impactar adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

Mudanças na regulação de prestadores de serviços de ativos virtuais e regras sobre custódia podem impactar adversamente a estratégia da Companhia

A Companhia não é entidade regulada, nem tampouco sua atividade de Bitcoin Treasury Company depende de autorização governamental prévia. Sua atuação, no entanto, pode depender em parte de prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAVs) devidamente regulados para adquirir, negociar e custodiar Bitcoin. Eventuais alterações na regulação aplicável — como exigência de utilização compulsória de custodiantes regulados, restrições à prática de autocustódia, imposição de requisitos adicionais de governança e compliance, ou mesmo limitações à negociação de criptoativos em determinadas jurisdições — podem aumentar os custos operacionais, reduzir a flexibilidade da tesouraria e até mesmo restringir a execução de estratégias de alocação em Bitcoin. Além disso, mudanças nas normas aplicáveis a exchanges, carteiras digitais, custodiante locais e internacionais podem afetar a disponibilidade de contrapartes ou gerar riscos de concentração de prestadores, impactando negativamente os resultados da Companhia.

Alterações na classificação legal do Bitcoin e restrições ao seu uso como ativo financeiro, meio de pagamento ou moeda podem comprometer a estratégia de tesouraria da Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Bitcoin ainda não possui tratamento jurídico uniforme no Brasil e no exterior. Autoridades regulatórias podem, no futuro, banir sua utilização em determinadas finalidades, limitar seu enquadramento como ativo financeiro ou de investimento, ou restringir seu uso como moeda, meio de pagamento ou reserva de valor. Qualquer dessas medidas poderia reduzir significativamente a liquidez, a aceitação e a utilidade do Bitcoin, comprometendo sua valorização de mercado. Caso sejam impostas restrições ou proibições em relação à detenção ou negociação de Bitcoin por companhias abertas, a Companhia poderá ser obrigada a rever substancialmente sua estratégia de tesouraria, o que pode impactar adversamente seus resultados financeiros e sua posição competitiva.

Alterações na tributação de criptoativos podem aumentar os custos da Companhia e reduzir a atratividade de sua estratégia de tesouraria

A tributação aplicável a operações com criptoativos, inclusive Bitcoin, ainda é objeto de interpretação normativa em evolução e de eventuais alterações legislativas no Brasil e em outras jurisdições. Mudanças que imponham novos tributos, aumento de alíquotas, ou obrigações acessórias mais complexas — como regras específicas sobre ganho de capital, IOF em operações de câmbio relacionadas a criptoativos, ou incidência de tributos indiretos sobre negociação e custódia — podem elevar os custos da Companhia e reduzir a eficiência de sua tesouraria. Além disso, a possibilidade de tratamento tributário diferenciado ou desfavorável para companhias abertas que detenham criptoativos pode comprometer a rentabilidade esperada e afetar negativamente a valorização das ações da Companhia no mercado.

Restrições cambiais e regulatórias sobre investimento estrangeiro e aquisição de criptoativos no exterior podem limitar a estratégia da Companhia

Parte relevante da liquidez global em Bitcoin concentra-se em plataformas estrangeiras. A Companhia pode enfrentar restrições regulatórias e cambiais para realizar operações no exterior, seja para aquisição direta de Bitcoin, seja para investimento em produtos financeiros vinculados ao Bitcoin. Alterações nas regras sobre fluxo de capitais, remessa de recursos, registro de investimentos no Banco Central do Brasil ou exigência de autorizações prévias podem dificultar ou encarecer operações de compra e venda de Bitcoin fora do país. Qualquer endurecimento dessas restrições pode limitar o acesso da Companhia a mercados internacionais mais líquidos, restringindo a execução eficiente de sua estratégia de tesouraria e impactando negativamente sua condição financeira e seus resultados.

Restrições regulatórias a investidores estrangeiros podem limitar a liquidez das ações da Companhia e impactar adversamente sua valorização de mercado

O investimento estrangeiro em companhias abertas brasileiras está sujeito a regulação cambial

4.1 Descrição dos fatores de risco

e de capitais internacionais, incluindo regras de registro perante o Banco Central do Brasil e observância das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Eventuais alterações legislativas ou regulatórias que restrinjam a participação de investidores estrangeiros, imponham novos requisitos de registro, aumentem a carga tributária incidente sobre remessas ao exterior ou criem barreiras adicionais ao ingresso de capital estrangeiro, podem reduzir o interesse e a capacidade de tais investidores em adquirir ações da Companhia. Como parcela significativa da liquidez e da valorização da Companhia como companhia listada depende da demanda de investidores internacionais, tais restrições podem impactar adversamente o volume de negociação das ações da Companhia, reduzir sua base de investidores potenciais e comprometer sua atratividade no mercado de capitais.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

Não aplicável, uma vez que a Companhia atua apenas no Brasil.

(j) a questões sociais

A Companhia pode ser eventualmente afetada por crises econômicas que produzam impactos socioeconômicos aos responsáveis financeiros por estudantes, aspecto que eventualmente pode acarretar maior inadimplência, na redução do número de estudantes ou na ampliação dos descontos concedidos, com consequente redução de receita da Companhia.

(k) a questões ambientais

Fatores ambientais podem eventualmente afetar imóveis em que são localizadas as unidades e nos quais fazemos investimentos relevantes. A perda do imóvel ou a necessidade de realocação temporária ou definitiva pode causar custos não previstos.

Pela legislação ambiental, a Companhia poderá ser responsabilizada pela remediação de eventual contaminação no solo dos imóveis que é locatária, independentemente de ter sido ou não a efetiva causadora da contaminação, o que pode gerar uma longa disputa judicial ou custos não previstos.

(l) a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Os riscos climáticos, sejam físicos ou de transição, podem eventualmente afetar imóveis em que são localizadas as unidades do cursinho. A perda do imóvel ou a necessidade de realocação temporária ou definitiva pode causar custos não previstos.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

4.1 Descrição dos fatores de risco

m.1) Riscos relacionados a prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT)

A Companhia está exposta a riscos relacionados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT), cuja materialização pode gerar sanções legais, restrições operacionais e impactos reputacionais relevantes

A atuação da Companhia no setor de criptoativos, em especial por meio de sua estratégia de tesouraria baseada em Bitcoin, a expõe a riscos elevados em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT). Ainda que a Companhia adote políticas internas de compliance e de controles internos voltadas à mitigação desses riscos, as características próprias do Bitcoin — pseudonimato das transações, possibilidade de movimentações transfronteiriças rápidas, dificuldade de rastreabilidade em determinados casos, uso de carteiras não custodiadas e presença de prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAVs) em diferentes jurisdições — ampliam o risco de que terceiros possam tentar utilizar a rede para fins ilícitos.

Do ponto de vista regulatório, a Companhia deve observar a legislação brasileira de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e alterações posteriores), resoluções do Banco Central do Brasil, da CVM e normas específicas sobre ativos virtuais, bem como padrões internacionais estabelecidos pelo GAFI/FATF. O descumprimento dessas normas, ou a mera suspeita de falhas em controles internos, pode resultar em investigações administrativas, imposição de multas significativas, suspensão de atividades, bloqueio de operações, perda de autorizações regulatórias e até responsabilização criminal de administradores.

Sob a ótica operacional, a implementação de controles de KYC (Know Your Customer), monitoramento de transações, due diligence de contrapartes, relatórios de operações suspeitas (ROS) e mecanismos de verificação contínua envolve custos relevantes e complexidade técnica. A eventual falha na aplicação adequada desses mecanismos pode comprometer a relação com custodiantes, bancos parceiros, auditores independentes e investidores institucionais, além de afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados internacionais de liquidez em Bitcoin.

Adicionalmente, riscos de imagem e reputação são particularmente sensíveis: qualquer associação, ainda que indireta, da Companhia a casos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, crimes cibernéticos ou utilização ilícita de criptoativos pode gerar danos imediatos à confiança de investidores, clientes e reguladores, com reflexos adversos sobre a valorização das ações, a liquidez no mercado e a continuidade das operações.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a normas internacionais de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT), que podem restringir sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

atuação em mercados estrangeiros e afetar adversamente seus resultados

A estratégia de tesouraria da Companhia envolve a possibilidade de realizar operações com exchanges, custodiantes e prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAVs) localizados no exterior, em jurisdições que possuem diferentes graus de exigência regulatória em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (PLDFT). Alterações em padrões internacionais, como as recomendações do GAFI/FATF, ou em legislações locais — notadamente nos Estados Unidos, União Europeia e outras jurisdições relevantes — podem impor obrigações adicionais de reporte, due diligence reforçada, bloqueio de transações suspeitas ou mesmo a proibição da prestação de serviços a entidades brasileiras.

A Companhia pode enfrentar restrições de acesso a contrapartes internacionais caso seja classificada como cliente de alto risco ou caso o Brasil venha a sofrer medidas restritivas internacionais, como inclusão em listas de jurisdições com deficiências estratégicas em PLDFT. Além disso, o não cumprimento integral de requisitos locais em países onde estejam localizados provedores ou parceiros da Companhia pode resultar em bloqueio de contas, retenção de ativos, multas extraterritoriais e exclusão de redes financeiras internacionais.

Por fim, a exposição a normas estrangeiras de PLDFT gera também risco reputacional relevante: qualquer alegação de descumprimento de obrigações em jurisdições externas pode afetar a credibilidade da Companhia perante investidores institucionais globais, limitar sua capacidade de captar recursos no exterior e impactar negativamente o valor de suas ações.

A sujeição da Companhia a normas estrangeiras de prevenção à lavagem de dinheiro e sanções internacionais pode restringir sua atuação e gerar perdas financeiras e reputacionais

Além das obrigações brasileiras de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT), a Companhia está potencialmente exposta à aplicação de normas estrangeiras de combate à lavagem de dinheiro (AML) e sanções internacionais, especialmente aquelas emanadas por órgãos como o Office of Foreign Assets Control (OFAC) dos Estados Unidos, a União Europeia e outras jurisdições relevantes. Tais regulamentos podem impor restrições à negociação com determinadas carteiras, endereços de blockchain, pessoas físicas ou jurídicas incluídas em listas de sanções internacionais, independentemente de sua nacionalidade ou local de operação.

Como o mercado de Bitcoin é global e descentralizado, a Companhia pode, ainda que de forma indireta e não intencional, transacionar com contrapartes posteriormente identificadas como envolvidas em atividades ilícitas ou sancionadas. Caso isso ocorra, a Companhia poderá estar sujeita a bloqueio de ativos, exclusão de redes financeiras internacionais, multas extraterritoriais, restrições operacionais e litígios em jurisdições estrangeiras.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, qualquer alegação de descumprimento de obrigações relacionadas a AML/PLDFT no exterior ou de violação de sanções internacionais pode gerar impactos reputacionais imediatos, reduzindo a confiança de investidores, parceiros institucionais e reguladores, além de limitar o acesso a mercados globais e afetar adversamente a liquidez e a valorização das ações da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

1. Risco a.2) Riscos relacionados às atividades de investimento proprietário em Bitcoin
2. Risco a.3) Riscos relacionados à captação de recursos adicionais para realização de investimentos em Bitcoin
3. Risco b.1) Riscos relacionados à dispersão acionária do capital da Companhia e ausência de controlador
4. Risco b.2) Riscos relacionados à limitação do direito de preferência e diluição de acionistas
5. Risco h.2) Riscos relacionados às Empresas de Tesourarias de Bitcoin

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

a) Riscos relacionados à taxa de juros

Atualmente, a Companhia não possui endividamento bancário ou tributário. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros que atualmente estão representados por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber, fornecedores e passivo de arrendamento. A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, com base em sua exposição líquida, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- Cenário base: amparado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de maio de 2025 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso (25%)	Cenário remoto (50%)
Aumento da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa e passivos financeiros	15,00%	18,75%	23,44%

	Notas Explicativas	Efeito no resultado			
		31/05/2025	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Caixa e equivalentes de caixa	4	716	107	134	168
Arrendamento	8.2	(1.137)	(171)	(213)	(267)

Por fim, reconhecemos que futuras estratégias de crescimento, expansão ou investimentos em capital de giro podem demandar o acesso a fontes de financiamento externas, incluindo empréstimos e/ou a emissão de dívida. A manutenção das taxas de juros em patamares elevados impacta adversamente o custo de qualquer futura captação de recursos. Além de

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

elevar despesas financeiras, podemos não ser capazes de compensar essa elevação aumentos com ajustes nos preços de nossos serviços ou ganhos de eficiência. Adicionalmente, períodos de políticas monetárias restritivas, caracterizadas por altas taxas de juros, podem restringir o crescimento econômico geral e a disponibilidade de crédito no mercado e afetar o interesse de investidores em renda variável, impactando o preço de nossas ações.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando: a. juízo; b. instância; c. data de instauração; d. partes no processo; e. valores, bens ou direitos envolvidos f. principais fatos; g. resumo das decisões de mérito proferidas; h. estágio do processo; i. se a chance de perda é: i. provável; ii. Possível; iii. Remota; j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante; k. análise do impacto em caso de perda do processo.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo administrativo, judicial ou arbitral em que conste como parte. Desse modo, não há processo para a Companhia que poderiam, individualmente, influenciar decisões de investimento, ou que poderiam trazer riscos de imagem inerentes a certa prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Futuras provisões da Companhia serão registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como tendo chance de perda “provável”, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5	Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4
------------	---

Até a data deste Formulário de Referência, não havia valor provisionado, tendo em vista que a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo em que conste como parte.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem conhecimento de nenhum processo em que conste como parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

O Curso Inter Graus Ltda. era parte, em 31 de maio de 2025, em oito processos judiciais trabalhistas, todos perante a justiça do trabalho de São Paulo, com data de ajuizamento entre 2023 e 2024, referentes aos desligamentos ocasionados com a troca de controle do Curso Inter Graus Ltda. em 2022. O valor do risco atualizado para esses processos era de R\$ 2,5 milhões em maio de 2025. No final do exercício de 2024, o Curso Inter Graus Ltda. possuía uma provisão de R\$ 1,4 milhões para referidos processos judiciais trabalhistas. Como prática contábil, o Curso Inter Graus Ltda. provisiona os valores de riscos estimados para processos com prognóstico de perda provável, as causas com prognóstico de perda possível ou remota não são provisionadas. Tais processos não foram transferidos para a Companhia no âmbito da reorganização societária.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Política de gerenciamento de riscos e controles internos. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia segue sólidas práticas de gerenciamento de risco, aderentes a benchmarks internacionais, no entanto, ainda não possui política de gerenciamento de riscos formalizada. Para mais informações sobre o tema, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui política de gerenciamento de riscos formalizada ainda. Para mais informações sobre o tema, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui ainda política de gerenciamento de riscos formalizada. Para mais informações sobre o tema, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A administração da Companhia, em conjunto com seus colaboradores, é responsável por garantir que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, consistente e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Para isso, a Companhia mantém um conjunto abrangente de práticas e controles internos voltados à qualidade, precisão e confiabilidade das informações financeiras.

Compete à administração estabelecer e manter controles internos, mecanismos de compliance e processos de governança que assegurem um nível razoável de confiança na preparação das demonstrações financeiras. Esses controles visam: (a) manter registros contábeis rigorosos e fiéis às transações e à movimentação dos ativos e passivos da Companhia; (b) garantir que as operações sejam registradas de modo a permitir a elaboração das demonstrações em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (c) prevenir ou detectar tempestivamente usos ou destinações não autorizadas de ativos que possam ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implementar e aprimorar continuamente a estrutura de compliance e suas políticas correlatas; e (e) gerir adequadamente os riscos operacionais associados às atividades da Companhia.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia tem início com o fechamento contábil, que segue uma estrutura rigorosa de controle e acompanhamento dos módulos sistêmicos, incluindo o monitoramento das integrações financeiras com o sistema contábil e a análise da necessidade de eventuais lançamentos manuais. O fechamento contábil é revisado mensalmente pelo Diretor Financeiro, sendo responsabilidade de todas as áreas envolvidas assegurar a adequação e confiabilidade das informações registradas. As principais práticas de controle interno incluem a conciliação diária dos lançamentos de pagamentos, recebimentos e fluxo de caixa com os extratos bancários, bem como a conciliação mensal desses relatórios com a razão contábil, o que assegura rigor e eficiência na administração do caixa.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

Os controles internos ficam sob a responsabilidade do Diretor Presidente e Diretor Financeiro da Companhia, sendo este último responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras, amparado por uma equipe que realiza a efetiva execução e fiscalização.

5.2 Descrição dos controles internos

O Conselho de Administração integra essa estrutura de governança, exercendo função de supervisão e acompanhamento da atuação das áreas envolvidas na gestão e monitoramento dos controles internos, garantindo sua efetividade e aderência às melhores práticas de mercado.

Considerando a necessidade de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os padrões contábeis brasileiros e internacionais, a auditoria independente realiza verificações periódicas para assegurar que as informações provenientes dos sistemas estejam em conformidade com os requisitos aplicáveis, recomendando ajustes e melhorias sempre que necessário para aprimorar a qualidade e a confiabilidade das informações financeiras da Companhia.

O relacionamento entre estas áreas e órgãos é baseado em uma estrutura de supervisão colaborativa. O Diretor Presidente da Companhia é responsável por assegurar que a equipe responsável realize suas funções adequadamente, enquanto os Auditores Independentes fornecem uma avaliação objetiva e externa da eficácia dos controles internos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos da Companhia são objeto de supervisão contínua pela administração, com acompanhamento mensal de sua execução e eficácia. A Diretoria Financeira é responsável por analisar e revisar os controles aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras, assegurando a consistência e integridade das informações contábeis. O Conselho de Administração exerce papel complementar de fiscalização e avaliação da eficiência dos controles internos, por meio do monitoramento periódico das atividades das áreas financeira, contábil e de controladoria.

Essa estrutura permite que não conformidades que possam impactar as demonstrações financeiras sejam prontamente identificadas, comunicadas à administração e corrigidas de forma tempestiva, garantindo maior transparência e credibilidade às informações divulgadas pela Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram identificadas deficiências significativas de controles internos nos trabalhos realizados pelos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis referentes ao período de 27 de fevereiro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de maio de 2025.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.2 Descrição dos controles internos

Não aplicável, uma vez que não foram identificadas deficiências significativas de controles internos pelos auditores independentes, nos termos do item 5.2.(d) acima.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

A Companhia não possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A Companhia também não possui código de ética próprio. Para mais informações a respeito, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(b) se a Companhia possui canal de denúncia.
i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia está em fase de implementação de estrutura para recebimento de denúncias e ainda não possui canal de denúncia próprio. Para mais informações sobre o tema, vide item 5.5 deste Formulário de Referência.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Desde sua constituição, em 27/02/2025, não foram identificados pela administração casos relativos a quaisquer atos ilícitos praticados contra a administração pública, tampouco existiram decisões administrativas ou judiciais nesse sentido relacionadas à Companhia.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A Companhia foi recém constituída, em fevereiro de 2025, e passou por um processo de troca de controle em setembro de 2025. No entanto, a nova administração da Companhia entende a importância do tema e pretende implantar regras e políticas voltadas para a prevenção,

5.3 Programa de integridade

detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos, à medida que as atividades se desenvolvam e os riscos da operação sejam melhor identificados e mensurados. .

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No momento de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2025, a incorporação de sua controladora, Oranje, conforme mencionado no item 1.15 acima.

O Cursinho Intergraus foi constituído em 27 de fevereiro de 2025, como sociedade limitada, e recebeu, por meio de aumento de capital em 1º de abril de 2025, toda a atividade empresarial anteriormente desenvolvida pelo Curso Inter Graus Ltda. Desse modo, a comparação para fins de observação de alterações significativas nos principais riscos aos quais o emissor está ou esteve exposto deve considerar as atividades do Curso Inter Graus Ltda.

Em 1º de outubro de 2025, a Companhia alterou seu Estatuto Social para incluir, em seu objeto social, a organização, promoção e venda de cursos sobre economia, finanças, política, teoria dos jogos, redes virtuais, soberania pessoal, inteligência artificial e Bitcoin, bem como o investimento proprietário em Bitcoin.

A Companhia, portanto, passou a ter, dentre suas atividades primordiais, o investimento em Bitcoin para manutenção em tesouraria, elemento este essencial de sua estratégia global de atuação. A estratégia de manter posições relevantes em Bitcoin expõe a Companhia a riscos específicos, tais como volatilidade do preço do ativo, eventuais restrições regulatórias, riscos de custódia, cibersegurança e de liquidez, que já eram continuamente monitorados pela Oranje e que permanecem sendo acompanhados pela Companhia.

Os riscos para os quais se busca proteção abrangem:

- (i) riscos estratégicos, relacionados às decisões de condução dos negócios e à adaptação a mudanças do ambiente;
- (ii) riscos financeiros, associados sobretudo ao mercado de Bitcoin;
- (iii) riscos de compliance e regulatórios, relativos a eventuais sanções legais ou administrativas;
- (iv) riscos cibernéticos, relacionados à segurança, disponibilidade e integridade das informações;
- (v) riscos operacionais, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, recursos humanos ou eventos externos; e
- (vi) riscos de imagem, vinculados à ocorrência dos demais riscos que possam afetar a reputação, credibilidade ou marca.

Isto posto, entende-se que a principal alteração dos riscos aos quais a Companhia está exposta decorre da conclusão da Incorporação e da inclusão de novas atividades no objeto social da Companhia.

5.4 Alterações significativas

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERIC STANTON WEISS						
127.189.051-82	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim	GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO		Física	353.147.828-12		
375.040	0,222	0	0,000	375.040	0,118	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ESW ORANJE LLC						
62.529.265/0001-39	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim	ERIC STANTON WEISS		Física	127.189.051-82		
2.494.080	1,479	0	0,000	2.494.080	0,785	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FERNANDO LOUREIRO ULRICH						
054.750.167-63	Brasil	Sim	Não	01/10/2025		
Não						
1.776.520	1,054	0	0,000	1.776.520	0,559	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC						
62.572.523/0001-60	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim	GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES		Física	227.578.038-67		
8.085.960	4,796	40	0,000	8.086.000	2,546	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe B	40	100,000	0,000	0,000		
GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO						
353.147.828-12	Brasil	Sim	Não	01/10/2025		
Não						
5.485.080	3,253	0	0,000	5.485.080	1,727	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSHUA GREGORY LEVINE						
127.206.201-57	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim	GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO		Física	353.147.828-12		
1.847.480	1,096	0	0,000	1.847.480	0,582	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
JULIO CAPUA RAMOS DA SILVA					
893.287.367-49	Brasil	Sim	Não	01/10/2025	
Sim	GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO		Física	353.147.828-12	
512.520	0,304	0	0,000	512.520	0,161
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OFF THE CHAIN, LP					
61.890.112/0001-50	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025	
Sim	GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES		Física	227.578.038-67	
10.788.120	6,398	0	0,000	10.788.120	3,397
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
VINTEUM TECHNOLOGY INC.					
61.072.494/0001-04	Ilhas Virgens (Britânicas)	Sim	Não	01/10/2025	
Sim	LUCAS DE CARVALHO FERREIRA,		Física	415.369.608-02	
0	0,000	135.304.000	90,805	135.304.000	42,600
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Preferencial Classe A	135.304.000	90,805	90,805	42,600	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WINKLEVOSS CAPITAL FUND, LLC						
	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim	GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES		Física	227.578.038-67		
37.863.960	22,457	0	0,000	37.863.960	11,921	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
13.382.200	7,937	13.701.500	9,195	27.083.700	8,527	
OUTROS						
85.997.240	51,004	0	0,000	85.997.240	27,076	
TOTAL						
168.608.200	53,086	149.005.540	46,914	317.613.740	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ESW ORANJE LLC				62.529.265/0001-39		
ERIC STANTON WEISS						
127.189.051-82	Estados Unidos	Sim	Não	01/10/2025		
Sim			Física			
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FREEDOM MONEY HOLDINGS LLC				62.572.523/0001-60		
GUILHERME AMADO CERQUEIRA GOMES						
227.578.038-67	Brasil	Não	Não	01/10/2025		
Sim			Física			
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
20.000	100,000	0	0,000	20.000	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	09/09/2025
Quantidade acionistas pessoa física	105
Quantidade acionistas pessoa jurídica	16
Quantidade investidores institucionais	59

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	134.649.320	79,859%
Quantidade preferenciais	135.304.000	90,805%
Total	269.953.320	84,994%

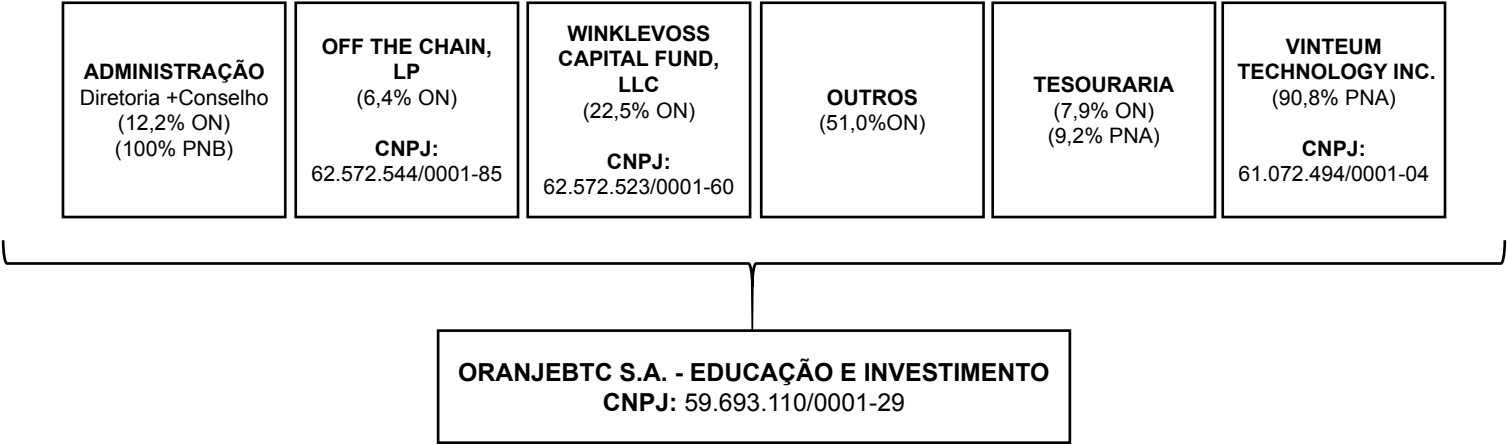
Classe de Ação

Preferencial Classe A	135.304.000	90,805%
-----------------------	-------------	---------

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas à prestação de informações desse item 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma política de indicação e de preenchimento dos órgãos de administração formalmente aprovada ou uma política de indicação ao Conselho Fiscal, que, no momento, não está instalado.

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia implementado mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração e demais comitês que se reportam ao Conselho de Administração da Companhia.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Os membros dos órgãos de administração da Companhia devem respeitar as regras relativas a conflito de interesses estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelece que o administrador, nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Vide tabela do item 7.1 (D).

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

No momento, não há objetivos ou políticas específicas com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal, considerando o porte da Companhia.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Tendo em vista que a atividade da Companhia consiste na prestação serviços de educação preparatória para vestibulares e atividades correlatas, os riscos ambientais nas suas instalações em geral são menos relevantes. Por isso, no momento, os órgãos de administração não adotam medidas específicas no sentido de avaliar, gerenciar ou supervisionar riscos e oportunidades relacionadas ao clima. Para informações adicionais sobre o assunto, vide item 7.8 deste Formulário.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Informações para reporte ao Conselho de Administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A estrutura administrativa da Companhia é constituída pelo Conselho de Administração, por um Comitê de Tesouraria e pela Diretoria. A Diretoria reporta diretamente ao Conselho de Administração sobre todos os assuntos operacionais e sobre as estratégias de investimentos e aquisição de Bitcoin.

Em relação aos programas de recompra e negociação de ações da própria Companhia aprovados pelo Conselho, o Comitê de Tesouraria é responsável por definir parâmetros de preços de negociação, aprovar a realização de negociações de opções fora dos parâmetros previamente aprovados na Política de Negociações com Próprias Ações, aprovar a contratação de instituições financeiras intermediárias a executar as operações e propor ao Conselho a revisão da Política de Negociações com Próprias Ações sempre que julgar necessário. Para executar os programas, a Diretoria possui um departamento de Tesouraria, que trabalhará dentro dos parâmetros definidos pelo Comitê de Tesouraria.

O Conselho Fiscal não é de funcionamento permanente e não está instalado atualmente.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Cabe ao Conselho de Administração e ao Diretor Financeiro supervisionar e avaliar as atividades dos auditores independentes, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos.

Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir tais auditores independentes, conforme previsto em lei.

Atualmente, a Companhia não possui política de contratação de serviços extra auditoria.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um canal específico para que as questões críticas relacionadas exclusivamente a temas e práticas ASG cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ERIC STANTON WEISS CPF: 127.189.051-82 Passaporte: 678952504 Nacionalidade: Estados Unidos Profis são: Administrador de Empresas Data de Nascimento: 14/09/1970

Experiência Profissional: Eric possui ampla experiência profissional em finanças, gestão de investimentos e ativos digitais. É fundador e CIO do Blockchain Investment Group, onde lidera a adoção institucional do Bitcoin. Iniciou sua carreira no Morgan Stanley e, posteriormente, na GE Equity, liderou investimentos em private equity e venture capital. Também co-fundou a Stripes Group, escritório de private equity. Atualmente, integra o Conselho da Core Scientific (NASDAQ: CORZ), uma das maiores mineradoras de Bitcoin do mundo. É formado pela Universidade de Maryland e possui MBA pela Universidade Columbia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/10/2024	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		01/10/2024	Não	01/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome FERNANDO LOUREIRO ULRICH **CPF:** 054.750.167-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 28/08/1980

Experiência Profissional: Fernando Ulrich traz mais de 22 anos de experiência em finanças corporativas e investimentos para sua atuação como Membro do Conselho da Oranje BTC. Como sócio da Liberta Investimentos (US\$ 1 bilhão em ativos sob gestão), tem sido uma voz de destaque em análise econômica, mercados financeiros e adoção do Bitcoin no Brasil. Fernando é mestre em Economia pela Escola Austríaca da URJC, em Madri, Espanha, e graduado em Administração de Empresas pela PUC-RS. Ocupou posições de liderança na XP Inc., ThyssenKrupp e Banco Indusval & Partners, contribuindo para iniciativas estratégicas de investimento e gestão financeira. Ex-membro do conselho da Casa da Moeda do Brasil, Fernando também atua como Membro do Conselho do Instituto Mises Brasil, onde promove ativamente a educação econômica e os princípios do livre mercado. É autor do livro Bitcoin – A Moeda na Era Digital (2013), o primeiro sobre Bitcoin publicado em português, consolidando seu papel como pioneiro no pensamento sobre Bitcoin. Além de sua atuação no setor financeiro, Fernando construiu um dos canais de YouTube mais influentes do Brasil sobre economia, mercados e investimentos, com mais de 700 mil inscritos e 4 milhões de visualizações mensais, no qual oferece análises aprofundadas sobre tendências financeiras e ativos digitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome GUILHERME AFFONSO FERREIRA FILHO **CPF:** 353.147.828-12 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/10/1986

Experiência Profissional: Atuou como diretor da Bioma Educação S.A., controladora indereta da Companhia, de 2016 a 2025, atualmente atuando como Conselheiro e membro dos Comitês Financeiro e de Riscos. Sócio-diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	29/05/2025	Até AGO 2027	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	29/05/2025		29/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome GUILHERME AMADO
CERQUEIRA GOMES

CPF: 227.578.038-67

Passaporte: YC901471

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 29/06/1986

Experiência Profissional:

CEO e fundador da Oranje BTC. Como Presidente e Chief Revenue Officer da Swan Bitcoin, Gui liderou as áreas de estratégia, marketing e desenvolvimento de negócios. Sob sua liderança, a Swan cresceu de US\$ 200 mil para mais de US\$ 1 milhão em receita mensal e aumentou os ativos sob gestão para mais de US\$ 1,5 bilhão, atendendo a mais de 120 mil usuários verificados. Também co-liderou o lançamento de uma joint venture que alcançou a implantação de mineração de Bitcoin mais rápida do mundo, atingindo mais de 12 EH/s em 12 meses e gerando mais de US\$ 12 milhões em receita mensal. Antes da Swan, trabalhou na Bridgewater Associates, com foco em desenvolvimento de negócios nos setores de patrimônio e seguros. Ele colaborou com bancos globais e grandes seguradoras para desenvolver estratégias de alocação de portfólio e modelos inovadores de distribuição. No início de sua carreira, cofundou a Jazz Side, uma empresa líder em brand experience no Brasil, que foi adquirida em 2023 pelo maior conglomerado de turismo da região. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela UCLA Anderson.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025
Diretoria	09/09/2025	2 anos	Diretor Presidente / Superintendente		09/09/2025		09/09/2025
Diretoria	09/09/2025	2 anos	Diretor de Relações com Investidores		09/09/2025		09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome JOSHUA GREGORY LEVINE

CPF: 127.206.201-57

Passaporte: 43740285-X

Nacionalidade: Estados Unidos

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 22/02/1974

Experiência Profissional:

Josh possui mais de duas décadas de experiência em finanças globais e gestão de investimentos. É fundador da Locali, plataforma de investimentos em ativos alternativos. Anteriormente, foi Head Global de Distribuição na Bridgewater Associates e atuou durante 15 anos na BlackRock, onde foi Managing Director e Co-Head Global da plataforma de produtos alternativos. Sua carreira também inclui passagens pelo Permal Group e Merrill Lynch. É mestre em Relações Internacionais pela Columbia University.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/10/2024	2 anos	Presidente do Conselho de Administração		01/10/2024	Não	01/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome JULIO CAPUA RAMOS DA SILVA

CPF: 893.287.367-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 20/05/1978

Experiência Profissional:

Membro fundador e ex-Chief Financial Officer (CFO) da XP Inc., onde desempenhou um papel fundamental na formação dos mercados financeiros modernos do Brasil. Ao longo de seus 16 anos na XP, liderou funções-chave incluindo finanças, risco, compliance, jurídico, back office e fusões e aquisições (M&A) — ajudando a escalar a empresa de uma pequena startup de educação financeira para uma das principais instituições financeiras do Brasil, culminando em seu IPO de US\$ 15 bilhões na Nasdaq. Desde que deixou a XP em 2020, tem se dedicado ao desenvolvimento regenerativo e de longo prazo no nordeste do Brasil. Atualmente, atua como Presidente do Grupo Carnaúba, o primeiro destino turístico sustentável master-planned do Brasil, localizado em Preá, Ceará. Apoiado por R\$ 400 milhões em capital e abrangendo mais de 12 milhões de metros quadrados, o projeto combina hospitalidade de alto padrão, gestão ambiental e impacto social. Sob a liderança de Julio, o Grupo Carnaúba está executando uma ousada visão de 20 anos para gerar milhares de empregos e transformar o litoral em um destino global, fundamentado em sustentabilidade e desenvolvimento comunitário.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	09/09/2025	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		09/09/2025	Sim	09/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

7.4 Composição dos comitês

Nome:ERIC STANTON WEISS

CPF:127.189.051-82

Passaporte:678952504

Nacionalidade:Estados Unidos

Profissão:Administrador de Empresas

Data de Nascimento:14/09/1970

Experiência Profissional:

Eric possui ampla experiência profissional em finanças, gestão de investimentos e ativos digitais. É fundador e CIO do Blockchain Investment Group, onde lidera a adoção institucional do Bitcoin. Iniciou sua carreira no Morgan Stanley e, posteriormente, na GE Equity, liderou investimentos em private equity e venture capital. Também co-fundou a Stripes Group, escritório de private equity. Atualmente, integra o Conselho da Core Scientific (NASDAQ: CORZ), uma das maiores mineradoras de Bitcoin do mundo. É formado pela Universidade de Maryland e possui MBA pela Universidade Columbia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2024	até 4 de outubro de 2025	Comitê de Tesouraria		06/10/2024	06/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Nome:
GUILHERME AFFONSO
FERREIRA FILHO

CPF:
353.147.828-12

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Administra
dor de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:**
11/10/1986

Experiência Profissional:

Atuou como diretor da Bioma Educação S.A., controladora iindereta da Companhia, de 2016 a 2025, atualmente atuando como Conselheiro e membro dos Comitês Financeiro e de Riscos. Sócio-diretor da Teorema Gestão de Ativos Ltda. Graduado em administração pública pela EAESP/FGV, tem MBA pela Columbia Business School. Teve experiências profissionais como analista de crédito e de equity na gestão de fundos de investimento.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 4 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome:
GUILHERME AMADO
CERQUEIRA GOMES

CPF:
227.578.038-67

Passaporte:
YC901471

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Administra
dor de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:**
29/06/1986

Experiência Profissional:

CEO e fundador da Oranje BTC. Como Presidente e Chief Revenue Officer da Swan Bitcoin, Gui liderou as áreas de estratégia, marketing e desenvolvimento de negócios. Sob sua liderança, a Swan cresceu de US\$ 200 mil para mais de US\$ 1 milhão em receita mensal e aumentou os ativos sob gestão para mais de US\$ 1,5 bilhão, atendendo a mais de 120 mil usuários verificados. Também co-liderou o lançamento de uma joint venture que alcançou a implantação de mineração de Bitcoin mais rápida do mundo, atingindo mais de 12 EH/s em 12 meses e gerando mais de US\$ 12 milhões em receita mensal. Antes da Swan, trabalhou na Bridgewater Associates, com foco em desenvolvimento de negócios nos setores de patrimônio e seguros. Ele colaborou com bancos globais e grandes seguradoras para desenvolver estratégias de alocação de portfólio e modelos inovadores de distribuição. No início de sua carreira, cofundou a Jazz Side, uma empresa líder em brand experience no Brasil, que foi adquirida em 2023 pelo maior conglomerado de turismo da região. Ele é formado em Direito pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela UCLA Anderson.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 4 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A: O administrador declarou, para todos os fins de direito, que: (i) nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de (a) nenhuma condenação criminal, (b) nenhuma condenação em processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e (c) nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Nome: THIAGO MEDEIROS ELMOR

CPF: 114.215.407-62

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 07/08/1987

Experiência Profissional:

Profissional do mercado financeiro brasileiro com longa atuação em trading — operando volatilidade e arbitragens desde 2008 — e experiência em gestão de fundos. Trabalhou em instituições financeiras de renome, e gestoras de recursos, teve ligação com prop firms nos EUA, incluindo tradings, corretoras e gestoras estrangeiras.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/10/2025	até 04 de outubro de 2027	Comitê de Tesouraria		06/10/2025	06/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações conjugais, de união estável ou de parentesco até segundo graus entre os administradores da Companhia, seja entre si ou com administradores de suas controladoras. A Companhia também não possui controladas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle no período aplicado.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos/seguros de administradores – Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Oranje, incorporada e sucedida universalmente pela Companhia, celebrou acordo de indenização com seus diretores e conselheiros (“Acordo de Indenização”), os quais, após a Incorporação, passaram a integrar a administração da Oranje. O Acordo de Indenização foi assinado nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25 de setembro de 2018, e tem como objeto o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores (“Reclamantes”), decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções, desde que tais pagamentos ou reembolsos não se realizem (a) fora do escopo das funções societárias do Reclamante; (b) com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; ou (c) em busca de interesses pessoais ou interesses de terceiros, em detrimento dos melhores interesses da Companhia. O limite de indenização multianual do Acordo de Indenização para todas as reclamações somadas de todos os agentes da Companhia indenizados é de USD 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares).

A íntegra do Acordo de Indenização pode ser consultada nas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://oranjebtc.com/>).

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo relação das Assembleias Gerais da Companhia realizadas desde sua transformação em sociedade por ações, em 30 de abril de 2025, indicando a matéria deliberada, data de realização, quórum de instalação e eventuais casos de instalação em segunda convocação:

<u>Evento</u>	<u>Matéria</u>	<u>Data</u>	<u>Quórum de instalação</u>	<u>Instalação em segunda convocação</u>
Alteração do Contrato Social / Assembleia de Transformação	(i) aprovar a transformação do tipo societário da Companhia; (ii) aprovar a alteração da denominação social da Companhia; (iii) aprovar a conversão das cotas da Companhia em ações da Companhia; (iv) aprovar Estatuto Social da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) eleger o presidente do Conselho de Administração da Companhia; (vii) eleger os diretores da Companhia; (viii) aprovar a não remuneração da administração da Companhia; (ix) aprovar a não instalação do Conselho Fiscal; e (x) aprovar o uso do modo de eletrônico para as publicação da Companhia.	30/04/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar o aumento do capital social da Companhia por meio da emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis Classe A (conforme definido no Estatuto Social da Companhia); (ii) aprovar que parte do aumento de capital será destinado à reserva de capital; (iii) deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações descritas nos itens anteriores; (iv) aprovar a recompra de parte das ações pela Companhia para manutenção em	19/05/2025	100%	N/A

7.8 Outras informações relevantes

	tesouraria; (v) aprovar e autorizar o (a) requerimento do registro de emissor da Companhia na categoria A junto à Comissão de Valores Mobiliários; e (b) pedido de listagem e admissão à negociação das ações da Companhia para negociação no segmento básico junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")			
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar a retificação, com efeitos retroativos, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de maio de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 178962259, que aprovou, entre outras matérias, alterações no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) a ratificação das demais deliberações aprovadas na referida assembleia cujo teor não seja expressamente alterado no âmbito da presente Assembleia.	11/08/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) aprovar a inclusão de novo §13 no Artigo 5º e a alteração dos §2º, §3º, §8º e §12 do Artigo 5º, do §1º do Artigo 6º, do Artigo 20 e do título do Capítulo VIII do Estatuto Social da Companhia; e (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.	11/08/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) o recebimento da renúncia dos membros do conselho de administração da Companhia; e (ii) a eleição dos novos membros do conselho de administração da Companhia.	09/09/2025	100%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	(i) a aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Oranje S.A. – Educação e Investimento pelo Cursinho Intergraus S.A." ("Protocolo e Justificação"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação ; (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (iv) a aprovação da incorporação; (v) a autorização para que a	01/10/2025	100%	N/A

7.8 Outras informações relevantes

	diretoria da Companhia possa praticar todos os atos e providências necessários à implementação Incorporação; (vi) alterações no estatuto social da Companhia para compatibilizá-lo com o da Incorporada e consolidá-lo.			
--	---	--	--	--

Órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas.

Até a data de envio deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração da Companhia criou apenas o Comitê de Tesouraria, responsável por definir parâmetros de preços de negociação, aprovar a realização de negociações de opções fora dos parâmetros previamente aprovados na Política de Negociações com Próprias Ações, aprovar a contratação de instituições financeiras intermediárias a executar as operações e propor ao Conselho a revisão da Política de Negociações com Próprias Ações sempre que julgar necessário.

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa

A Companhia se sujeitará às regras do segmento de listagem básica da B3.

Avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima

A despeito da ausência de empenhos específicos da Companhia no sentido de avaliar, gerenciar ou supervisionar riscos e oportunidades relacionadas ao clima, pela baixa relevância de riscos ambientais derivados da sua atividade, a Diretoria é responsável pela definição de recursos e medidas para evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos relacionados às questões climáticas, assim como a avaliação estratégica sobre a adoção de práticas ASG que entenda cabíveis ao ramo de atuação da Companhia.

Alteração de controle e eleição de novos membros da Administração

Conforme informado ao mercado em fato relevante divulgado em 9 de setembro de 2025, foi concluída a aquisição da totalidade das ações da Companhia pela Oranje S.A. - Educação e Investimento. No mesmo dia foi realizada assembleia geral de acionistas que elegeu novos membros do Conselho de Administração, indicados pela Controladora (vide tabela acima).

7.8 Outras informações relevantes

Incorporação reversa da controladora pela Companhia

Conforme informado ao mercado em fato relevante divulgado em 1 de outubro de 2025, foi aprovada a operação de incorporação reversa (“Incorporação”) de Oranje S.A. - Educação e Investimento (“Oranje”), da controladora, pela Companhia. A assembleia geral de acionistas que aprovou a Incorporação também aprovou alterações estatutárias para compatibilizar o estatuto social de ambas empresas e consolidar os documentos societários da Companhia, incluindo a mudança da razão social para OranjeBTC S.A. - Educação e Investimento.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até o momento, não há política formalizada de remuneração para a administração. Nos termos de seu estatuto, a assembleia geral tem poderes de definir o limite global de remuneração para a Administração, e o Conselho define a remuneração específica de cada administrador. Além disso, o Conselho de Administração pode definir eventuais planos de remuneração aplicáveis aos administradores e colaboradores.

Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia.

Atualmente, a Companhia conta com Conselho de Administração composto por 5 (cinco) membros e Diretoria composta por 2 (dois) membros

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos administradores é aprovada em Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração fixar as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria estatutária. A remuneração da Diretoria não estatutária e dos comitês de assessoramento não estatutários é aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com práticas de mercado, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% do valor atribuído à média da remuneração fixa da Diretoria estatutária, nos termos do artigo 162, §3º da Lei das Sociedades das Ações.

8.1 Política ou prática de remuneração

Cabe ao Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, conforme aplicável, levando em consideração a estrutura de remuneração de cada órgão da administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa dos membros da administração da Companhia é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado em Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho de Administração poderão vir a fazer jus a uma remuneração fixa mensal. O valor global da remuneração do Conselho de Administração será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

A remuneração fixa tem como objetivo garantir a atratividade e a retenção de profissionais qualificados, reconhecendo o tempo dedicado, a complexidade das decisões estratégicas e a responsabilidade inerente às suas funções.

Os membros do Conselho de Administração podem vir a receber valores relativos à remuneração fixa diferentes, caso exerçam outros cargos na Companhia.

Os membros do Conselho de Administração poderão receber benefícios diretos e indiretos, incluindo o reembolso de despesas com viagens, hospedagem e alimentação para participação em reuniões e eventos institucionais.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a prêmios por atingimento de metas, os quais têm como objetivo alinhar os interesses dos conselheiros aos objetivos estratégicos da Companhia, estimulando a tomada de decisões que promovam o crescimento sustentável e a geração de valor para os acionistas. A Companhia atualmente não adota política de remuneração variável.

A implementação e os critérios para a concessão da remuneração variável serão definidos anualmente, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente. O valor global da remuneração do Conselho será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações.

8.1 Política ou prática de remuneração

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário: Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade, garantindo alinhamento com suas responsabilidades e contribuições para a Companhia.

Remuneração Variável

Os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia. A Companhia atualmente não adota política de remuneração variável.

Benefícios Pós-Emprego

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

Salário: Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração Variável

Os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia. A Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações.

Benefícios Pós-Emprego

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

A Companhia não adota plano de remuneração baseado em ações.

Conselho Fiscal

É assegurado uma remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do Conselho Fiscal, caso instalado, receberão uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Os membros do Conselho Fiscal são, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Atualmente a Companhia possui um Comitê de Tesouraria. Os membros do Comitê de Tesouraria podem receber uma remuneração fixa mensal e terão direito ao reembolso de eventuais despesas com locomoção e estadia necessárias para o desempenho de suas funções. Atualmente, os membros deste comitê não possuem remuneração.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em fevereiro de 2025.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público

8.1 Política ou prática de remuneração

atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da Administração da Companhia, sendo tal análise realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de benchmarks de empresas do mesmo setor da Companhia, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia. A partir da análise de tais informações, cabe ao Conselho formatar a proposta da administração de remuneração dos administradores para fins de submissão à Assembleia Geral.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação com empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

Cabe ao Conselho de Administração determinar, anualmente, o reajuste da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Atualmente, a Companhia ainda não possui um componente da remuneração variável diretamente vinculado a indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG), de modo a atender ao art. 6º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3. No entanto, a pauta ASG já é amplamente discutida internamente, bem como é reconhecida a importância da incorporação desses critérios em suas práticas de remuneração.

Para a determinação da remuneração fixa dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são fixadas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

8.1 Política ou prática de remuneração

Não existem membros da administração que não sejam remunerados

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração ou benefício suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a) termos e condições gerais; b) data de aprovação e órgão responsável; c) número máximo de ações abrangidas; d) número máximo de opções a serem outorgadas; e) condições de aquisição de ações; f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício; h) forma de liquidação; i) restrições à transferência das ações; j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

Até o momento, a Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações . Não há ainda planos de instituir tal política e não há informações a serem prestadas sobre este tópico. Caso estabeleça um plano de remuneração baseado em ações, a Companhia passará a reportar tais números a partir do exercício social de 2026.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

Até o momento, a Companhia não possui plano de remuneração baseada em opções de compra de ações. Não há ainda planos de instituir tal política e não há informações a serem prestadas sobre este tópico. Caso estabeleça um plano de remuneração baseado em opções de compra de ação, a Companhia passará a reportar tais números a partir do exercício social de 2026.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) data de outorga; (e) quantidade de opções outorgadas; (f) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (g) prazo máximo para exercício das opções; (h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; (i) valor justo das opções na data da outorga; (j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações nem qualquer outorga de opções realizada nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) em relação às opções ainda não exercíveis, (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações, (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (e) em relação às opções exercíveis (i) quantidade, (ii) data em que se tornarão exercíveis, (iii) prazo máximo para exercício das opções, (iv) prazo de restrição à transferência das ações, (v) preço médio ponderado de exercício, (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social.

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações realizado nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente, logo não há qualquer opção em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) número de ações; (e) preço médio ponderado de exercício; (f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas; (g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

Não aplicável, visto que não houve nenhum plano de opção de compra de ações nem qualquer outorga de opções realizada nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente, logo não houve qualquer exercício de opção.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

Não aplicável, visto que não houve nenhuma remuneração baseada em ações nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente, logo não houve qualquer entrega.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: (a) órgão; (b) número total de membros; (c) número de membros remunerados; (d) data de outorga; (e) quantidade de ações outorgadas; (f) prazo máximo para entrega das ações; (g) prazo de restrição à transferência das ações; (h) valor justo das ações na data da outorga; (i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

Não aplicável, visto que não houve nenhuma outorga de ações nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não houve nenhuma entrega de ações nos últimos 3 anos e nem prevista para o exercício social corrente.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. órgão; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Participações detidas na OranjeBTC em 01/10/2025:

Órgão	Ações ON
Conselho de Administração	15.091.600
Diretoria	5.485.080
Conselho Fiscal	Não instalado

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela.

A Companhia não fornece planos de previdência para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não detém qualquer política, apólices de seguros, acordo ou contrato que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2025 foi aprovada a Incorporação da Oranje pela Companhia (para mais informações, vide 1.12 deste Formulário de Referência) e, como consequência, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia da Companhia que anteriormente eram membros da administração da Oranje passarão a ser remunerados pela própria Companhia. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 (havendo, portanto, informação apenas do exercício corrente), e não remunerava diretamente membros do conselho de administração e da diretoria até a assembleia geral de acionistas de 1 de outubro de 2025, que aprovou a incorporação reversa da controladora, Oranje S.A. - Educação e Investimento pela Cursinho Intergraus S.A., a Companhia entende que o presente tópico não é aplicável. Os valores correspondentes serão reportados a partir do exercício social de 2026. Para informações adicionais, ver o item 8.20 deste Formulário de Referência.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Considerando que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025 (havendo, portanto, informação apenas do exercício corrente), e que não remunerava diretamente membros do Conselho de Administração e da Diretoria até a data da Incorporação , apresenta-se a seguir o quadro do item 8.2, considerando o total previsto pela Companhia para período compreendido entre os meses de outubro a dezembro do exercício de 2025.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,81	2,73	0,00	5,54
Nº de membros remunerados	1,36	0,54	0,00	1,90
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$550.000,00	R\$700.000,00	R\$0,00	R\$1.250.000,00
Benefícios direto e indireto	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participações em comitês	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Descrição de outras remunerações fixas	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Remuneração variável				
Bônus	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação nos resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Participação em reuniões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Comissões	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Outros benefícios de remuneração				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessa��o do cargo	-	-	-	-
Remunera��o baseada em a��es, incluindo op���es	-	-	-	-
Observa��es	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remunera��o	R\$550.000,00	R\$700.000,00	R\$0,00	R\$1.250.000,00

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
26/05/2025	17/02/2025		
Descrição dos serviços prestados			
1) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 30 de abril de 2025 e a respectiva demonstração do resultado. 2) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de maio de 2025 e revisão sobre as informações intermediárias em 31 de março de 2025 e 30 de junho de 2025. 3) Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia, que compreendem o balanço patrimonial referente ao exercício findo em 30 de setembro de 2025 e a respectiva demonstração do resultado. As informações acima são referentes apenas ao exercício social de 2025, tendo em vista que a Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2025.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
1) Auditoria ao exercício findo em 30/04/2025: R\$ 21.437,50 + R\$ 3.562,50 (impostos), totalizando R\$ 25.000,00. 2) Auditoria das demonstrações contábeis em 31/05/2025 e revisão de informações intermediárias 31/03/2025 e 30/06/2025: R\$ 25.725,00 + R\$ 4.275,00 (impostos), totalizando R\$ 30.000,00. 3) Escopo – Auditoria das demonstrações contábeis em 30 de setembro de 2025: R\$ 17.150,00 + R\$ 2.850,00 (impostos), totalizando R\$ 20.000,00.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

O auditor contratado para a realização da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., não presta outros serviços além dos serviços de auditoria para a Companhia. A Companhia não possui política específica para tratar de independência e conflito de interesses dos auditores. Para mais informações a esse respeito, vide item 9.4 deste Formulário de Referência.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. também realiza a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia a partir das demonstrações financeiras referentes ao primeiro trimestre de 2025.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	9	0	0	0
Não-liderança	7	41	0	0	0
TOTAL = 57	7	50	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	8	0	1	0	0	0
Não-liderança	4	37	1	6	0	0	0
TOTAL = 57	4	45	1	7	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	4	5
Não-liderança	1	26	21
TOTAL = 57	1	30	26

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	9	0
Não-liderança	0	48	0
TOTAL = 57	0	57	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	9	0	0
Não-liderança	0	0	0	48	0	0
TOTAL = 57	0	0	0	57	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	7	50	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 57	7	50	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	4	45	1	7	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 57	4	45	1	7	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	1	30	26
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 57	1	30	26

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Coordenação
Norte	0
Nordeste	0
Centro-Oeste	0
Sudeste	4
Sul	0
Exterior	0
Total =	4

(c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia é de 25,4%. Para o cálculo do índice de rotatividade, a seguinte fórmula foi utilizada:

$$Rotatividade = [(Entradas + Saídas) \div 2] \div Total\ de\ Funcionários \times 100$$

Na fórmula acima, (i) entradas são a quantidade de novos funcionários na Companhia (ou no Curso Intergraus Ltda., conforme o caso), entre 01/04/2024 a 31/03/2025; (ii) saídas são a quantidade de funcionários que saíram da Companhia (ou do Curso Intergraus Ltda, conforme o caso), entre 01/04/2024 a 31/03/2025; e (iii) Total de Funcionários são o número total de funcionários que trabalharam na Companhia (ou no Curso Intergraus Ltda, conforme o caso), entre 01/04/2024 a 31/03/2025.

10.2 Alterações relevantes

10. Recursos humanos

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve alteração relevante com relação aos números divulgados no item 10.1 no último exercício, tendo havido somente a transferência dos colaboradores que antes estavam alocados no Curso Intergraus Ltda para o Cursinho Intergraus S.A. via e-social, tendo em vista a transferência da atividade do cursinho pré-vestibular para este último.

Com a Incorporação, a Companhia passou a ter 4 colaboradores terceirizados nas áreas jurídica, operacional, tesouraria e pesquisa sobre Bitcoin.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10. Recursos humanos

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

(a) política de salários e remuneração variável

Embora não haja uma política de salários formalmente aprovada, a Companhia mantém prática de remuneração baseada nas condições médias praticadas em seu mercado de atuação e adequadas à legislação vigente do local em que atua, não havendo remuneração variável atrelada a desempenho ou participação nos lucros. Todos os colaboradores são remunerados com vencimentos mensais a título de salário ou pro labore, não havendo, portanto, pagamento de gratificações mensais. Os professores podem ser remunerados por hora aula, conforme prevista na convenção coletiva própria. A remuneração direta paga aos colaboradores administrativos ou coordenação pedagógica é definida por meio de sistemas de faixas salariais definidas por nível de cargo, visando proporcionar uma remuneração equitativa com a capacitação e habilidade de cada colaborador da Companhia. Os reajustes salariais são realizados em conformidade com a legislação vigente e com os dissídios coletivos inerentes às categorias dos colaboradores da Companhia.

(b) política de benefícios

Em acordo com a prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podemos oferecer os seguintes benefícios aos nossos colaboradores (administrativos e professores):

- Assistência médica por adesão
- Alimentação
- Vale transporte

Observamos o cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos de Trabalho do local em que a Companhia atua no que tange à concessão de benefícios. Os benefícios atualmente concedidos aos nossos colaboradores são oferecidos de acordo com a prática de benefícios e acordos sindicais regionais, podendo ser integral ou parcialmente subsidiados pela Companhia, conforme os Acordos Coletivos de Trabalho do local em que a Companhia atua.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não há atualmente programa de remuneração baseado em ações para empregados administradores ou não-administradores da Companhia.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
9.298,33	1.769,86	5,25
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Acreditamos ter um relacionamento cordial com os sindicatos de nossos colaboradores, reconhecendo-os como importantes atores na dinâmica das relações trabalhistas e prezando pelo relacionamento profissional com todas essas entidades sindicais, em conformidade com as legislações aplicáveis.

Os colaboradores da Companhia são representados pelo Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo e pelo Sindicato dos Professores de São Paulo.

A Companhia mantém um relacionamento de respeito com as entidades sindicais representativas de seus colaboradores e preza pelo fiel cumprimento das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre os sindicatos representativos de nossos colaboradores e os sindicatos da categoria econômica que integramos. Na maioria dos casos, as negociações são conduzidas por meio dos sindicatos patronais, de modo a manter um histórico de harmonia com tais entidades.

Por fim, a Companhia informa que não tem conhecimento sobre paralisações e greves nos últimos 3 exercícios sociais, inclusive considerando o período do Curso Intergraus Ltda.

10.5 Outras informações relevantes**10. Recursos humanos****10.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes neste item.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia trata de operações com partes relacionadas nos termos das regras da Lei das Sociedades por Ações. Nesse sentido, conforme estabelecido no art. 122, inciso X, da Lei das Sociedades por Ações, é de competência da Assembleia Geral a aprovação de transação com partes relacionadas caso o valor da operação corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado.

A OranjeBTC estabelece como diretriz geral que, na realização de transações com partes relacionadas, os administradores e acionistas deverão privilegiar a busca por julgamentos isentos e transparentes, tendo em vista os interesses da OranjeBTC, sempre de forma alinhada às suas políticas e valores. Tais transações devem possuir fundamento econômico adequado, ser efetivamente negociadas e comutativas (com o pagamento compensatório adequado).

Sob a égide desta, toda transação com partes relacionadas deve ser celebrada por escrito, ter comprovação documental de que a operação foi efetivamente negociada e observou condições de mercado, além de a contraparte ser devidamente cadastrada no sistema de pagamentos.

Em alguns casos, a serem avaliados pelo conselho de administração ou diretoria, a depender do valor envolvido ou potencial impacto para a OranjeBTC, laudos de avaliação independente (nos termos do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas) deverão ser elaborados para embasar a transação.

Especificamente com relação a transações que possam gerar conflito de interesses por parte de administradores e acionistas, a política estabelece que:

(a) é vedado aos administradores da OranjeBTC intervirem em qualquer operação social em que possuam um conflito de interesses, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhes o dever de informar o seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Em linha com recomendação do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, caso algum administrador que possa ter um conflito de interesses não o manifeste, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá manifestá-lo, que será declarado por maioria de votos do órgão; e

(b) no âmbito das Assembleias Gerais da OranjeBTC, havendo indício de potencial conflito de interesses de qualquer acionista que possa gerar o impedimento de voto, o presidente da mesa da Assembleia Geral da OranjeBTC deverá indagar o acionista e preveni-lo das suas responsabilidades como acionista, a quem caberá avaliar a existência de conflito de interesses e indicar se entende que está impedido ou não de participar da deliberação, devendo todo este

11.1 Regras, políticas e práticas

processo ser consignado em ata. Eventual impedimento de voto de acionista deverá ser tratado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Oranje S.A.- Educação e Investimento ("Oranje"); Bioma Educação S.A. ("Bioma"); Curso Inter Graus Lt	07/05/2025	15.000.000,00	15.000.000,00	4.000.000,00	N/A	N/A
Relação com o emissor	O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho é acionista e diretor da parte relacionada Oranje, controladora direta atual da Companhia e compradora das ações da Companhia nesta transação. O Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho é acionista que integra o bloco de controle da Bioma Educação S.A. ("Bioma"), ex-controladora indireta da Companhia e vendedora das ações da Companhia nesta transação. Ocupa os cargos de Diretor sem Designação Específica da Companhia, de membro do Conselho de Administração da Bioma, do Comitê Financeiro e de Novos Negócios da Bioma e do Comitê de Risco, Auditoria e Compliance da Bioma.					
Objeto contrato	Conforme fato relevante e comunicado ao mercado, ambos publicados pela Bioma em 07/05/2025, foi celebrado contrato de compra e venda ("Contrato") para a alienação de 100% do capital social da Companhia, para a Oranje pelo preço de R\$ 15 mm, sendo R\$ 11 mm a serem pagos na data de fechamento e o saldo, atualizado pelo CDI, a ser pago em 23 parcelas mensais a partir de 02/2026, sujeito a ajustes. O valor retido poderá ser deduzido para pagar, dentre outros, danos indenizáveis. O fechamento foi realizado em 09/09/2025, restando acerto de contas e outras obrigações a serem plenamente satisfeitas. A Bioma prestará suporte administrativo ao cursinho até 12/2025.					
Garantia e seguros	N/A - A Companhia assume obrigações diversas no Contrato, as quais não têm natureza de garantia, nem seguros.					
Rescisão ou extinção	Existem multas e penalidades por término sem causa do contrato para ambas as partes.					
Natureza e razão para a operação	Compra e Venda de Participação Societária. A Compradora informa que a aquisição da Companhia está alinhada com sua estratégia de estruturar uma plataforma educacional baseada em cursos livres. Adicionalmente, a Companhia possui uma marca forte e ativos intangíveis importantes, que serão utilizados no crescimento da Companhia em seus mercados de atuação, servindo de base para potencial expansão das suas atividades. As atividades educacionais atuais da Companhia serão mantidas com o suporte da Bioma Educação S.A. até 31 de dezembro de 2025. Com a conclusão da operação, a Compradora passou a deter a totalidade do capital social da Companhia, assumindo, assim, a posição de acionista controladora. Por fim, a Compradora informa que não possui intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano e não existem acordos de voto ou de acionistas relacionados à transação.(Para maior detalhamento, veja os itens 11.2 (O) e 11.3)					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CURSO INTER GRAUS LTDA.	10/06/2025	332.000,00	332.000,00	332.000,00	Uma única vez, até 31 de Agosto de 2025 ou até a alienação do controle da Companhia, o que ocorrer primeiro	N/A
Relação com o emissor	Até o fechamento do contrato de compra-e-venda, ocorrido em 09/09/2025, o Curso Inter Graus Ltda era um dos acionistas do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia") ao mesmo tempo em que era controlado pela Bioma Educação S.A.					
Objeto contrato	Em 01.04.25, o Curso Inter Graus Ltda. realizou aporte de capital na Companhia, por meio da integralização de ativos necessários à prestação de serviços educacionais. Com o objetivo de otimizar o fluxo financeiro e operacional entre as partes, foi acordado um mecanismo de encontro de contas. Esse procedimento visa compensar valores pagos ou recebidos por uma das partes, mas que sejam de titularidade da outra, decorrentes da transferência das operações. Em 30.04.2025, a Companhia reconheceu o direito de receber o montante de R\$ 208 mil, referente a boletos emitidos antes de 01.04.2025, mas vinculados a alunos transferidos. Em abril e maio a Companhia também efetuou o pagamento no montante de R\$ 124 mil referente a despesas do Curso Inter Graus. Conforme contrato, o encontro de contas será realizado, em caráter único, até 31.08.2025, ou em data anterior, caso ocorra a alienação do controle da Companhia, o que ocorrer primeiro. Esses valores totalizavam, em 31.05.2025, R\$ 332 mil.					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso e tem natureza apenas de reembolso (acerto de contas) por custos e despesas incorridos e que seriam de titularidade da outra Parte;					
Rescisão ou extinção	Qualquer uma das Partes poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato em relação à referida Parte antes mesmo do término de sua vigência, desde que informe sua intenção às outras Partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O contrato será imediata e automaticamente rescindido em caso de alteração de controle de qualquer das Partes.					
Natureza e razão para a operação	Reembolso ou Acerto de Contas. A operação ocorreu em decorrência do aporte de capital feito pelo Curso Inter na Companhia com os ativos necessários para desempenhar as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares, relacionados a 2 (duas) unidades de ensino de propriedade do Curso Inter e aos alunos ativos nelas então matriculados. Tal aporte resultou nas Partes recebendo ou podendo receber valores devidos à outra Parte, de modo que o contrato não tem por finalidade gerar lucros ou de qualquer forma remunerar as Partes, mas tão somente reembolsá-las pelos custos e despesas incorridos e que seriam de titularidade da outra Parte durante o prazo do Contrato. O montante envolvido no negócio e o saldo existente dependem de apuração futura e, portanto, são valores aproximados, considerando o valor que, em 31.05.2025 seria devido à Companhia.					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Curso Inter Graus Ltda e Bioma Educação S.A.	11/06/2025	0,00	0,00	N./A o Contrato é a título não oneroso e foi distratado	Originalmente, 20 anos contados da data de assinatura do Contrato, mas o Contrato foi distratado em 28/08/2025, não estando mais vigente	N/A
Relação com o emissor	O Curso Inter Graus Ltda ("Curso Inter") foi um dos acionistas do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia") antes da venda da Companhia, e continua sendo controlado pela Bioma Educação S.A.					
Objeto contrato	Em 11 de junho de 2025, a Companhia celebrou com a Bioma e com o Curso Inter Graus Ltda. Contrato de Licenciamento de Marcas, cujo objeto é a licença, a título não oneroso, irrevogável e em caráter não exclusivo, pela Companhia à Bioma e Curso Inter ("Licenciadas"), bem como às empresas controladas, subsidiárias ou coligadas das Licenciadas, do direito de uso das Marcas de titularidade da Companhia, descrito no Anexo I do Contrato (Nº INPI: 810011409; 927275023; e 927275104), pelo prazo de 20 (vinte) anos contados a partir da celebração do contrato. Foi celebrado o 1º Aditivo ao Contrato de Licenciamento de Marcas em 11/08/2025, que reduziu o prazo do licenciamento gratuito para até 31/12/2026. Foi celebrado o Distrato ao Contrato de Licenciamento de Marcas em 28/08/2025, que rescindiu o licenciamento celebrado.					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso e foi distratado					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Licenciamento Não Oneroso de Marca. A operação ocorreu no âmbito e como consequência das negociações realizadas sobre a potencial alienação de controle da Companhia conforme item 1.15 deste Formulário, para que as antigas titulares e demais sociedades integrantes de seu grupo econômico pudessem manter o uso da marca pelos prazos acordados, nos termos do Contrato de Licenciamento de Marcas celebrado em 11/06/2025 e aditado em 11/08/2025. Em 28/08/2025, por meio da celebração de distrato, o Contrato original foi rescindido, não estando mais vigente.					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BIOMA EDUCAÇÃO S.A.	21/05/2025	0,00	0,00	N/A. - o Contrato é a título não-oneroso	N/A	N/A
Relação com o emissor	A Bioma Educação S.A. ("Bioma") é ex-controladora indireta do Cursinho Intergraus S.A. ("Companhia").					
Objeto contrato	A Bioma cedeu e transferiu à Companhia, de forma gratuita, irrevogável e irretratável, a titularidade das Marcas (Nº INPI: 810011409; 927275023; e 927275104).					
Garantia e seguros	N/A - o Contrato é a título não oneroso					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Cessão de Marca. A operação ocorreu no âmbito e como consequência das negociações realizadas sobre a potencial alienação de controle da Companhia descrita no item 1.15 deste Formulário de Referência. As Partes da Operação acordaram que a Companhia licenciaria suas marcas ao Curso Inter Graus Ltda. e à Bioma.					
Posição contratual do emissor	Outras					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2.N. Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses***Compra e Venda de Participação Societária.*

Na data da aquisição pela Oranje das ações de emissão da Companhia de titularidade da Bioma, o Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho ("Sr. Guilherme"), atual diretor sem designação específica da Companhia, era acionista da Oranje, exercia o cargo de Diretor Financeiro da Oranje e, simultaneamente, era acionista integrante do bloco de controle da Bioma e membro de seu conselho de administração.

Com vistas a preservar a independência dos processos decisórios e mitigar potenciais conflitos de interesse, foram adotadas as seguintes medidas de governança:

- (i) o Sr. Guilherme absteve-se de participar de todas as discussões e deliberações relacionadas à operação, tanto no âmbito do Comitê Financeiro e de Novos Negócios, Comitê de Risco, Auditoria e Compliance, quanto no Conselho de Administração da Bioma, não tendo exercido direito de voto ou influência sobre a transação; e
- (ii) o Sr. Guilherme não representou a Bioma, suas subsidiárias vendedoras ou a Companhia em qualquer etapa das negociações conduzidas com a Oranje.

Licenciamento Não Oneroso de Marca.

No âmbito da aquisição das ações da Companhia de titularidade da Bioma, as partes acordaram que a Companhia receberia as marcas e às licenciaria ao Curso Inter Graus Ltda. e à Bioma de forma a permitir que a Bioma continuasse realizando as atividades administrativas e operacionais até 31 de dezembro de 2025.

Referido contrato, no entanto, foi objeto de distrato pelas partes em 28 de agosto de 2025.

Reembolso ou Acerto de Contas.

A operação foi realizada no contexto do aporte de capital feito pelo Curso Inter Graus Ltda. na Companhia com os ativos necessários para desempenhar as atividades referentes à prestação de serviços de cursos preparatórios para vestibulares, relacionados a duas unidades de ensino de propriedade do Curso Inter Graus Ltda. e aos alunos ativos nelas então matriculados. Em razão dessa operação de reorganização, houve obrigações recíprocas entre as partes, envolvendo valores a pagar e a receber decorrentes da transição operacional e patrimonial.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Além de ter sido realizada em um contexto específico, a operação foi estruturada de forma a restringir-se ao reembolso de custos e despesas efetivamente incorridos por uma parte em benefício da outra, sem qualquer previsão de lucro, margem ou remuneração de natureza econômica. Dessa forma, a Companhia entende que não houve conflito de interesse relevante, tampouco benefício financeiro direto ou indireto para quaisquer das partes envolvidas.

11.2.O. Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Compra e Venda de Participação Societária.

A Companhia não foi parte do contrato celebrado entre Bioma e Oranje para aquisição das ações da Companhia de titularidade da Bioma, figurando apenas como interveniente-anuente, não sendo aplicável, portanto, a apresentação do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas no instrumento ou de pagamento compensatório adequado.

Licenciamento Não Oneroso de Marca.

O contrato de cessão de marcas e licenciamento foi objeto de distrato pelas partes em 28 de agosto de 2025.

Reembolso ou Acerto de Contas.

Considerando que o contrato celebrado teve por único objetivo viabilizar o reembolso de custos e despesas efetivamente incorridos por uma parte em benefício da outra, sem qualquer finalidade lucrativa ou caráter remuneratório, a Companhia entende que a operação assegurou equilíbrio econômico entre as partes.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025			411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.500.000.000		1.500.000.000	3.000.000.000

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025			411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
168.608.200		149.005.540	317.613.740
Capital social por classe de ações preferenciais			
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações	
Preferencial Classe A		149.005.500	
Preferencial Classe B		40	
Outros títulos conversíveis em ações			
Título		Condições para conversão	

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES	- Conversão obrigatória da Emissora. A qualquer momento durante o Prazo, a Emissora terá o direito de converter a totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) “Prêmio de NAV” terá a definição estabelecida no Anexo II, e “Preço de Conversão da Segunda Rodada” significará que cada Debênture será conversível em 0,001358991 Ações Ordinárias, totalizando 174.169 Ações Ordinárias. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação (“Data de Conversão Obrigatória” e “Conversão Obrigatória”). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável (“Conversão Facultativa”). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa (“Condição de Conversão Facultativa” e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as “Condições de Conversão”), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa (“Data de Conversão Facultativa”).
--	---

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	
01/10/2025		Valor do capital	
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	
168.608.200		Quantidade total de ações	
168.608.200		149.005.540	
		317.613.740	
Capital social por classe de ações preferenciais			
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações	
Preferencial Classe A		149.005.500	
Preferencial Classe B		40	
Outros títulos conversíveis em ações			
Título		Condições para conversão	

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES	- Conversão obrigatória da Emissora. A qualquer momento durante o Prazo, a Emissora terá o direito de converter a totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) “Prêmio de NAV” terá a definição estabelecida no Anexo II, e “Preço de Conversão da Segunda Rodada” significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de troca da incorporação da Oranje pelo Intregraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação (“Data de Conversão Obrigatória” e “Conversão Obrigatória”). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável (“Conversão Facultativa”). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa (“Condição de Conversão Facultativa” e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as “Condições de Conversão”), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa (“Data de Conversão Facultativa”).
--	---

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025			411.383.028,92
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
168.608.200		149.005.540	317.613.740
Capital social por classe de ações preferenciais			
Classe de ação preferencial		Quantidade de ações	
Preferencial Classe A		149.005.500	
Preferencial Classe B		40	
Outros títulos conversíveis em ações			
Título		Condições para conversão	

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES

- Conversão obrigatória da Emissora. A qualquer momento durante o Prazo, a Emissora terá o direito de converter a totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) "Prêmio de NAV" terá a definição estabelecida no Anexo II, e "Preço de Conversão da Segunda Rodada" significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de troca da incorporação da Oranje pelo Intregraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação ("Data de Conversão Obrigatória" e "Conversão Obrigatória"). - Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável ("Conversão Facultativa"). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa ("Condição de Conversão Facultativa" e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as "Condições de Conversão"), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa ("Data de Conversão Facultativa").

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia tem sede no Brasil, portanto, não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
Data de emissão	01/09/2025
Data de vencimento	01/09/2026
Quantidade	128.160.600
Valor nominal global R\$	128.160.600,00
Saldo Devedor em Aberto	128.160.600,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A qualquer momento durante o Prazo, a Emissora terá o direito de converter a totalidade ou qualquer parte do montante devido pelas Debênture em Ações Ordinárias ao Preço de Conversão da Segunda Rodada (conforme definido abaixo), desde que (i) o Prêmio de NAV do Preço Médio Ponderado pelo Volume Acumulado nos 90 (noventa) dias anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo), calculado conforme estabelecido no Anexo II, seja de pelo menos 2,4x; (ii) o Prêmio de NAV na data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo) não seja inferior a 1,6x na data de entrega da notificação de conversão aplicável; e (iii) o número agregado de Ações Ordinárias resultantes de qualquer Conversão Obrigatória não tenha excedido 10% do volume médio ponderado de negociação diária nos 3 (três) dias de negociação imediatamente anteriores à Data de Conversão Obrigatória (conforme definida abaixo). Para os fins desta Escritura de Emissão, (a) “Prêmio de NAV” terá a definição estabelecida no Anexo II, e “Preço de Conversão da Segunda Rodada” significará que cada Debênture será conversível em 0,05435964 Ações Ordinárias, totalizando 6.966.760 Ações Ordinárias, já ajustado para o fator de conversão da incorporação da Oranje pelo Intergraus. A Emissora enviará uma notificação ao Debenturista confirmando a ocorrência das Condições de Conversão Obrigatória dentro de 2 (dois) Dias Úteis a partir da data de sua verificação (“Data de Conversão Obrigatória” e “Conversão Obrigatória”). Conversão facultativa do Debenturista. O Debenturista pode, a seu exclusivo critério, converter a totalidade ou qualquer parte das Debêntures detidas em Ações Ordinárias, desde que qualquer conversão parcial seja em um montante não inferior a 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação na Data de Conversão Facultativa aplicável (“Conversão Facultativa”). O Debenturista deve enviar uma notificação à Emissora informando sua decisão de realizar a Conversão Facultativa (“Condição de Conversão Facultativa” e, juntamente com a Condição de Conversão Obrigatória, as “Condições de Conversão”), e a Emissora terá 2 (dois) Dias Úteis para confirmar a Conversão Facultativa (“Data de Conversão Facultativa”).
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Nos primeiros 12 (doze) meses após a Emissão ou a Incorporação, o que ocorrer por último, o Debenturista terá o direito de exigir o resgate antecipado, em valor equivalente a 200 Bitcoin, mediante notificação prévia por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência à Emissora (“Resgate Facultativo”)

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Número da emissão. As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia.

Valor Total da Emissão. O montante total da Emissão é de BRL 128.160.600,00 (cento e vinte e oito milhões, cento e sessenta mil e seiscentos reais), equivalentes a USD 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares norte-americanos), convertidos para BRL pela PTAX do dia 11 de julho de 2025, no valor de BRL 5,5722 por USD.

Montante de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 128.160.600,00 (cento e vinte e oito milhões, cento e sessenta mil e seiscentos) Debêntures ("Montante Total de Debentures").

Valor Nominal Unitário. As Debêntures têm valor nominal unitário de BRL 1,00 (um) real na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

Séries. A Emissão é realizada em série única.

Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de setembro de 2025 ("Data de Emissão").

Prazo e Data de Vencimento Antecipado. Exceto em caso de Conversão ou resgate, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos após a Data de Emissão ("Prazo") ou data anterior, conforme disposto na Cláusula 15 ("Data de Vencimento Antecipado"). A data de vencimento das Debêntures será a data em que o Prazo se encerre ("Data de Vencimento").

Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária. Os Bitcoins adquiridos de acordo com a cláusula de Destinação de Recursos acima, deve ser mantido na Conta Anchorage sob Custódia Colaborativa.

Conversibilidade e Forma. As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias, escriturais e nominativas de emissão da Emissora ("Ação Ordinária"), sem emissão de certificados ou títulos físicos, nos termos dos procedimentos previstos na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão.

Correção Monetária. A Debênture não estará sujeita a correção monetária.

Juros. O Valor Nominal Unitário não estará sujeito a juros.

Amortização das Debêntures. Na Data de Vencimento, cada Debênture será integralmente resgatada pela Emissora, mediante o reembolso ao Debenturista do valor em BRL de USD 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares norte-americanos) multiplicado pela PTAX da data de vencimento e dividido pelo Montante Total de Debêntures, respeitado o previsto na subcláusula 8.3.1 ("Valor Reembolsável na Data de Vencimento").

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, cada uma das Debêntures terá direito a 1 (um) voto, admitida a constituição de procurador, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à dispensa (waiver) relacionada à Conversão) dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures presentes à respectiva assembleia, desde que, no caso de tal deliberação resultar em uma modificação dos direitos dos Debenturistas ou uma alteração material adversa aos termos da obrigação, incluindo, mas não se limitando a, qualquer renúncia ou alteração às obrigações da Companhia nos termos da Cláusula 13.1, que possa afetar significativamente os benefícios econômicos ou as proteções legais do Debenturista, tal deliberação deve ser aprovada pelo voto afirmativo de cada Debenturista.

.....

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures Conversíveis	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Mercados de Negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia foram admitidas à negociação perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no segmento de listagem básico.

As ações preferenciais e as debêntures conversíveis não foram admitidas à negociação em nenhum mercado de negociação organizado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais. Portanto, não há informação sobre a destinação de recursos solicitada.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Outras informações relevantes

(a) Recompra de ações

Em 19 de maio de 2025, a assembleia geral extraordinária da Companhia aprovou, nos termos do artigo 30, §1º, (b), da Lei das S.A, a aquisição, pela Companhia, de 82.200 ações ordinárias e 35.000 PN Classe A , para permanência em tesouraria, pelo valor de R\$ 1,00 cada ação. A aquisição ocorreu à conta da reserva de capital da Companhia em 10 de junho de 2025.

(b) Contratos de opção de compra de ações celebrados com a Vinteum Technology Inc.

Em 1º de outubro de 2025, a assembleia geral da Companhia aprovou a celebração de dois contratos de opção de compra de ações com a Vinteum, que conferem à Companhia o direito de adquirir PN Classe A atualmente detidas pela Vinteum, cujo exercício foi autorizado por referida assembleia a qualquer tempo (os “Contratos Vinteum”).

Os Contratos Vinteum possuem as seguintes características:

- (i) Primeiro aditivo ao instrumento de opção de compra de ações e outras avenças celebrado em 20 de junho de 2025 entre a Companhia (na qualidade de sucessora universal por incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento) e a Vinteum, conforme aditado em 1º de outubro de 2025:
 - a. Número de Ações Objeto da Opção. 20.000.000 PN Classe A
 - b. Prazo de Exercício. 100 anos a contar de 20 de junho de 2025
 - c. Exercício Parcial. A opção de compra poderá ser exercida pela Companhia sucessivas vezes, cada vez em relação a uma parcela das ações objeto da opção, até que contemple a totalidade das ações
 - d. Preço de Exercício. A opção de compra possui preço fixo de R\$ 0,0275 por ação objeto da opção de compra
 - e. Fechamento. A efetiva cessão e transferência das ações, em decorrência do exercício da opção de compra deverá ocorrer em até 5 cinco dias úteis contados da data em que a notificação de exercício da opção de compra tenha sido entregue
- (ii) Primeiro aditivo ao instrumento de opção de compra de ações e outras avenças celebrado em 12 de setembro de 2025 entre a Companhia (na qualidade de sucessora universal por incorporação da Oranje S.A. - Educação e Investimento) e a Vinteum, conforme aditado em 1º de outubro de 2025:
 - a. Número de Ações Objeto da Opção. 130.304.000 de PN Classe A
 - b. Prazo de Exercício. 100 anos a contar de 12 de setembro de 2025
 - c. Exercício Parcial. A opção de compra poderá ser exercida pela Companhia

12.9 Outras informações relevantes

sucessivas vezes, cada vez em relação a uma parcela das ações objeto da opção, até que contemple a totalidade das ações

d. Preço de Exercício. A opção de compra possui preço fixo de R\$ 0,0275 por ação objeto da opção de compra

e. Fechamento. A efetiva cessão e transferência das ações, em decorrência do exercício da opção de compra deverá ocorrer em até 5 cinco dias úteis contados da data em que a notificação de exercício da opção de compra tenha sido entregue

Em conjunto, os Contratos Vinteum abrangem, portanto, 150.304.000 PN Classe A. Para mais informações sobre os riscos relacionados à Vinteum, vide fator de risco *“A Companhia está exposta a riscos de contraparte em razão dos contratos celebrados com a Vinteum Technology Inc., sociedade sediada nas Ilhas Virgens Britânicas”* descrito na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

Após a aquisição, a Companhia poderá manter tais PN Classe A em tesouraria, convertê-las em ações ordinárias, na proporção de 10 ações ordinárias para cada 1 PN Classe A, a qualquer momento, mediante deliberação exclusiva do Conselho de Administração, ou ainda aliená-las no mercado, em linha com sua estratégia de capital. Para mais informações sobre os riscos relacionados à aquisição de PN Classe A pela Companhia e sua conversão em ações ordinárias, vide os fatores de risco *“A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores”* e *“A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia”* descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) Plano de negociação com próprias ações

Em 1º de outubro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um plano de negociação de ações de própria emissão, autorizando a recompra de até 13.300.000 ações ordinárias e até 15.000.000 de PN Classe A, para manutenção em tesouraria, venda ou cancelamento, observado o limite e as condições da Resolução CVM nº 77/2022. A recompra de PN Classe A foi realizada mediante o exercício parcial das opções de compra outorgadas pela Vinteum no âmbito dos Contratos Vinteum.

O plano tem por finalidade conferir maior flexibilidade à gestão de capital, permitindo à Companhia recomprar suas próprias ações em cenários de desvalorização de mercado ou utilizá-las como instrumento estratégico de liquidez, financiamento e preservação de valor por ação. O prazo máximo para a liquidação das operações é de 18 meses, contados da data da aprovação, e sua execução observará a disponibilidade de recursos em reservas de lucros e de capital, que totalizavam R\$ 30.210.810,11 na data-base de 30 de junho de 2025.

12.9 Outras informações relevantes

Em 2 de outubro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, e no artigo 20, alínea “I”, do Estatuto Social, aprovou a conversão de 1.330.000 PN Classe A em 13.300.000 ações ordinárias.

Para mais informações sobre os riscos relacionados à aquisição de PN Classe A pela Companhia e sua conversão em ações ordinárias, vide os fatores de risco *“A emissão futura de ações ordinárias, valores mobiliários lastreados em ações ou instrumentos conversíveis poderá gerar diluição significativa da participação dos investidores”* e *“A existência de ações preferenciais resgatáveis classe A conversíveis em ações ordinárias pode impactar de forma relevante a estrutura acionária da Companhia”* descritos na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Guilherme Amado Cerqueira Gomes	Diretor Presidente	Alterado	Alteracao - Novo Diretor Presidente eleito em RCA no dia 09/09/2025.
Guilherme Amado Cerqueira Gomes	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	Alteracao - Novo Diretor de Relações com Investidores eleito em RCA de 09/09/2025

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DO CURSINHO INTERGRAUS S.A.

Guilherme Amado Cerqueira Gomes, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empreendedor, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.578.038-67, com escritório comercial na sede da Companhia, na qualidade de **Diretor Presidente** da **ORANJEBTC - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO S.A. S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Japiacóia, nº 181, CEP: 05455-060, Vila Ida ("Companhia"), declara, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia a ser apresentado em 6 de outubro de 2025, que:

- (i) reviu o conteúdo do Formulário de Referência;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Signed by:


A7E464D9B23746A...

Guilherme Amado Cerqueira Gomes

CPF/MF: 227.578.038-67

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DO CURSINHO INTERGRAUS S.A.

Guilherme Amado Cerqueira Gomes, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empreendedor, inscrito no CPF/MF sob o nº 227.578.038-67, com escritório comercial na sede da Companhia, na qualidade de **Diretor de Relações com Investidores** da **ORANJEBTC - EDUCAÇÃO E INVESTIMENTO S.A. S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Japiiaçóia, nº 181, CEP: 05455-060, Vila Ida ("Companhia"), declara, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia a ser apresentado em 6 de outubro de 2025, que:

- (i) reviu o conteúdo do formulário de referência;
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Signed by:


A7E464D9B23746A...

Guilherme Amado Cerqueira Gomes

CPF/MF: 227.578.038-67

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.